

TEXTO PARA DISCUSSÃO n. 24

## **Perfil de candidatos e eleitos ao cargo de vereador no período de 2004 a 2020, segundo as classes de tamanho municipal das grandes regiões brasileiras**

Simone Cristina Dufloth  
Cláudia Júlia Guimarães Horta  
Max Melquíades da Silva  
Bruno Lazzarotti Diniz Costa  
Rafael Lara Mazoni Andrade  
Marcus Vinícius Chevitarrese Alves  
Letícia D. Bianchini  
Leandro Péterson Silva Vital  
Gabriel Luiz Lisboa de Sousa  
Karoline K. Sena  
Júlia Cléilei Magalhães da Silva  
Bernardo França Santos

Belo Horizonte  
2024

MINAS GERAIS  
Governador  
Romeu Zema Neto

Vice-Governador  
Mateus Simões

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Secretária  
Camila Barbosa Neves

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Presidente  
Luciana Lopes Nominato Braga

Vice-Presidente  
Mônica Moreira Esteves Bernardi

FICHA TÉCNICA  
Coordenação  
Simone Cristina Dufloth

Equipe técnica

Bernardo França Santos  
Bruno Lazzarotti Diniz Costa  
Cláudia Júlia Guimarães Horta  
Gabriel Luiz Lisboa de Sousa  
Júlia Cléitilei Magalhães da Silva  
Karoline K. Sena  
Leandro Péterson Silva Vital  
Letícia D. Bianchini  
Marcus Vinícius Chevitarese Alves  
Max Melquíades da Silva  
Rafael Lara Mazoni Andrade

Coordenação de Editoração  
Ana Paula da Silva

Deysiane Marques Franco Vieira  
Graziella Napoli Terra Caldeira  
Marielle Durães

Capa  
Aline de Faria Pereira

TEXTO PARA DISCUSSÃO  
São textos que visam divulgar trabalhos preliminares. Possuem o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários, críticas e sugestões.

Apoio financeiro firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapemig) e a Fundação João Pinheiro (FJP) para a realização do projeto.

Termo de outorga e aceitação de auxílio à pesquisa firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), e a Fundação João Pinheiro (FJP) para realização do projeto “Modelo de análise do perfil de parlamentares das câmaras municipais em perspectiva georreferenciada” (Edital Demanda Universal Nº 001/2018-Processo: APQ-03338-18 e Convênio Nº 6.08/2022 - FJP - Fapemig/DBE)).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70  
Bairro São Luiz - Pampulha  
Belo Horizonte - Minas Gerais  
CEP 31.275-150  
Telefones: (31) 3448.9711  
[www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)  
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br.

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte. Disponível também em: [www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)

D859p

Dufloth, Simone Cristina.

Perfil de candidatos e eleitos ao cargo de vereador no período de 2004 a 2020, segundo as classes de tamanho municipal das grandes regiões brasileiras / Simone Cristina Dufloth *et al.* – Belo Horizonte : FJP, 2024.

44 p. : il. (Texto para discussão. Fundação João Pinheiro; n. 24)

1. Eleições – 2004-2020. I. Horta, Cláudia Júlia Guimarães. II Silva, Max Melquíades da. III. Andrade, Rafael Lara Mazoni. IV. Alves, Marcus Vinícius Chevitarese. V. Bianchini, Letícia D. VI. Vital, Leandro Péterson Silva. VII. Sousa, Gabriel Luiz Lisboa de. VIII. Costa, Bruno Lazzarotti Diniz. IX. Santos, Bernardo França. X. Silva, Júlia Cléitilei Magalhães da. XI. Sena, Karoline K. XII. Fundação João Pinheiro. XIII. Título. XIV. Série.

CDU 324“2004/2020”



## RESUMO

Este texto para discussão apresenta os resultados adicionais da pesquisa intitulada “Modelo de análise do perfil de parlamentares das câmaras municipais em perspectiva georreferenciada”, apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapemig) e executada pela Fundação João Pinheiro (FJP) no âmbito do Edital Demanda Universal nº 001/2018-Processo: APQ-03338-18 e Convênio nº 6.08/2022 - FJP - Fapemig/DBE. O estudo aqui apresentado revela a consolidação do perfil de candidatos e de eleitos ao cargo de vereador, no período entre 2004 e 2020, por porte populacional.

**Palavras-chave:** Brasil. Eleições municipais. Classe populacional. Perfil dos candidatos. Perfil dos vereadores eleitos.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CF/1988</b>	Constituição Federal de 1988
<b>D</b>	Índice de dominância média
<b>Fapemig</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
<b>FJP</b>	Fundação João Pinheiro
<b>G</b>	Índice G
<b>HHI</b>	Índice de <i>Herfindhal-Hirschman</i>
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Munic</b>	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>Pros</b>	Partido Republicano da Ordem Social
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>QE</b>	Coeficiente Eleitoral
<b>QP</b>	Coeficiente Partidário
<b>SPSS</b>	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de candidatas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2020 .....	<b>18</b>
Gráfico 2: Proporção de candidatas eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2020 .....	<b>19</b>
Gráfico 3: Razão eleitas/candidatas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2020 .....	<b>19</b>
Gráfico 4: Proporção de candidatos negros para vereador por porte populacional, Grandes Regiões – 2016/2020 .....	<b>21</b>
Gráfico 5: Proporção de candidatos negros eleitos para vereador por porte populacional, Grandes Regiões – 2016 /2020.....	<b>22</b>
Gráfico 6: Razão eleitos/candidatos negros para vereador por porte populacional, Grandes Regiões – 2016/2020 .....	<b>23</b>
Gráfico 7: Idade média dos candidatos e dos eleitos para vereador por porte populacional no Brasil – 2004/2008/ 2012/2016/2020 .....	<b>27</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Proporção de candidatas, proporção de eleitas e razão candidatas/eleitas ao cargo de vereador por porte populacional no Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020 .....	<b>16</b>
Tabela 2: Proporção de candidatos negros, proporção de negros eleitos e razão eleitos/candidatos para vereador no Brasil por porte populacional – 2016/2020 .....	<b>20</b>
Tabela 3: Proporção de candidatos e eleitos a vereador com ensino médio ou superior completo por porte populacional para o Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020 .....	<b>24</b>
Tabela 4: Número de vezes que a razão entre a proporção de eleitos e a proporção de candidatos é maior que um por porte populacional no Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020.....	<b>27</b>
Tabela 5: Número de vezes que a razão entre a proporção de eleitos e a proporção de candidatos é maior que um por porte populacional, segundo Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020 .	<b>28</b>

## LISTA DE TABELAS – APÊNDICE

Tabela 1: Proporção de candidatas para vereadora por porte populacional segundo Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020 .....	<b>38</b>
Tabela 2: Proporção de eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/ 2020 .....	<b>39</b>
Tabela 3: Razão candidatas/eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/ 2016/2020 .....	<b>40</b>
Tabela 4: Proporção de candidatos negros, proporção de negros eleitos para vereador e razão eleitos/candidatos para vereador no Brasil por porte populacional – 2016/2020.....	<b>41</b>
Tabela 5: Proporção de candidatos para vereador com ensino médio ou curso superior por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020.....	<b>42</b>
Tabela 6: Proporção de vereadores eleitos com ensino médio ou curso superior por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020.....	<b>43</b>
Tabela 7: Razão candidatas/eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/ 2016/2020 .....	<b>44</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>9</b>
<b>3 ELEIÇÕES MUNICIPAIS E PORTE POPULACIONAL NO BRASIL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>10</b>
<b>3.1 Porte populacional ou tamanho do município e suas principais classificações .....</b>	<b>10</b>
<b>3.2 Eleições municipais e importância do porte populacional no processo eleitoral .....</b>	<b>11</b>
<b>3.3 Eleições municipais, perfil de vereadores e porte populacional: estudos de casos na literatura.....</b>	<b>14</b>
<b>4 PERFIL DE VEREADORES NO BRASIL POR PORTE POPULACIONAL: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>16</b>
<b>4.1 Análise da variável gênero .....</b>	<b>16</b>
<b>4.2 Análise da variável cor/raça .....</b>	<b>20</b>
<b>4.3 Análise da variável “grau de instrução” .....</b>	<b>23</b>
<b>4.4 Análise da variável idade .....</b>	<b>26</b>
<b>4.5 Análise da variável ocupação .....</b>	<b>29</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O texto para discussão aqui apresentado se destina a sintetizar resultados adicionais da pesquisa intitulada “Modelo de análise do perfil de parlamentares das câmaras municipais em perspectiva georreferenciada”, apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapemig) e executada pela Fundação João Pinheiro (FJP) no âmbito do Edital Demanda Universal nº 001/2018 - Processo: APQ-03338-18. Este documento revela alguns resultados sobre o perfil de candidatos e de eleitos ao cargo de vereador, no período entre 2004 e 2020, por porte populacional.

A pesquisa busca estudar o perfil dos vereadores eleitos no período de 2004 e 2020 para a construção de um modelo de análise do perfil de parlamentares por meio de inteligência geoespacial. O presente texto para discussão destaca os resultados da pesquisa que atende ao propósito de analisar o perfil de vereadores por porte populacional. O estudo analisa o perfil dos candidatos e dos eleitos para o poder legislativo municipal no que diz respeito ao gênero, à idade, ao grau de instrução, à ocupação e à raça/cor nas eleições ocorridas no Brasil entre 2004 e 2020. Dessa forma, é importante observar se as características de cor/raça, de gênero, de grau de instrução, de idade e de ocupação são variáveis que podem servir como indicadores de tendências na correlação entre candidaturas aos cargos de vereança e ao sucesso eleitoral. De acordo com estudos de gênero, é possível, ainda, lidar com cenários em que as variáveis são solapadas ou formam conjunto no entrecruzamento de informações, uma vez que as chances de sucesso eleitoral podem ser definidas gradativamente em níveis de dificuldade, se somadas uma ou mais das características analisadas. Ou seja, uma mulher pode ter dificuldade de ascender politicamente, mas uma mulher negra e sem estudos ou com baixo capital econômico poderá encontrar, em termos de estratificação e interseccionalidades, ainda mais dificuldades para participar efetivamente na esfera pública eletiva.

Em termos de níveis de escolaridade, o Brasil possui vários aspectos que dificultam a entrada e a permanência em cursos de ensino superior para as classes sociais mais modestas (Trezzi, 2022). Embora tenha ocorrido uma grande mudança neste cenário, com as políticas de ampliação e de acesso ao ensino superior no país, alguns pilares de formação e de qualificação profissional ainda não foram supridos, como a valorização da carreira docente, a estruturação dos equipamentos e investimentos significativamente transformadores da educação básica, em seus anos iniciais, acarretando um alto índice de analfabetismo funcional. Dessa forma, cabe investigar se a variável é explicativa quando analisada isoladamente, uma vez que, em um padrão de representatividade e de retrato do país, um alto nível de educação formal ainda não é realidade. Se há o espelhamento dos representados no momento da escolha, tanto na organização interna dos partidos quanto no voto confiado ao candidato, quanto o grau de educação é capaz de explicar sozinho as investidas aos cargos e a possibilidade de vitória nos pleitos?

No que diz respeito às informações sobre a idade dos eleitos, alguns estudos apontam sobre a faixa etária entre 40 e 54 anos como sendo a média dos eleitos. Segundo levantamento das eleições de

2020<sup>1</sup>, a média é de 44 anos entre os eleitos para os cargos de vereança, sendo o eleito mais jovem com 18 anos e o mais velho com 90. Esses dados podem estar presentes também entre a maioria dos candidatos ao se considerar quesitos de carreira política, uma vez que as ocupações que mais aparecem entre os eleitos deste mesmo ano são as de “vereador” (21%), “servidor municipal” (9%) e “agricultor” (9%). Assim sendo, faz-se necessária a reflexão e o exercício de relacionar informações na busca por um quadro explicativo que mostre o perfil de candidatos e de eleitos ao cargo de vereador de 2004 a 2020, considerando, com a devida importância, o porte populacional dos municípios brasileiros.

## 2 METODOLOGIA

O estudo apresentado neste texto para discussão se classifica como de natureza exploratório-descritiva quanto ao tipo de abordagem. A problemática central que ele pretende discutir surge da constatação de que o Brasil não dispõe, ainda, de pesquisas que retratem de forma consolidada o perfil dos representantes eleitos para as casas legislativas municipais. Esta pesquisa visa apresentar o “retrato” das câmaras de vereadores por porte populacional, entre 2004 e 2020, no que se refere às características e aos perfis desses representantes, a saber: gênero, idade, grau de instrução, raça/cor e ocupação.

A pesquisa, de natureza documental e bibliográfica, engloba artigos e livros disponíveis na literatura sobre o tema em questão, bem como dados sobre as características dos vereadores eleitos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e características demográficas e socioeconômicas da população apta a votar.

O estudo aqui apresentado resulta de análise estatística dos dados disponibilizados pelo TSE, considerando a similaridade entre as características do perfil dos vereadores entre 2004 e 2020 por porte populacional. Por sua especificidade, pela abrangência nacional, pelo caráter multidisciplinar e pela grande quantidade de dados analisados, a pesquisa aqui proposta encontra poucos paralelos na produção científica nacional. A pesquisa documental incluiu relatórios eleitorais do TSE, dados brutos disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais dessa instituição e na pesquisa *Análise do perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas: estudo aplicado às unidades da Federação*, disponibilizada pela FJP. Os dados secundários obtidos foram tabulados, a fim de serem feitas as análises pertinentes aos objetivos da pesquisa. O *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) foi a ferramenta utilizada para a realização de análise de dados.

O presente texto para discussão explicita os resultados da pesquisa sobre o perfil de vereadores por porte populacional de forma a buscar uma melhor compreensão desse contexto de análise, a partir da associação da pesquisa bibliográfica aos resultados estatísticos referentes ao perfil de vereadores entre 2004 e 2020.

---

<sup>1</sup> Levantamento feito pelo portal G1, com base nos dados do TSE para as eleições proporcionais de 2020.

### 3 ELEIÇÕES MUNICIPAIS E PORTE POPULACIONAL NO BRASIL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, são discutidos apresentados e problematizados aspectos referentes à influência do porte populacional municipal nos resultados eleitorais dos municípios.

#### 3.1 Porte populacional ou tamanho do município e suas principais classificações

O porte populacional, ou tamanho da população de um determinado território, é um recorrente critério de avaliação em análises que envolvem fenômenos que são ou podem ser influenciados pelo tamanho de uma população. Uma dimensão dessa influência pode ser verificada em Costa *et al.* (2012), ao afirmar que as demandas existentes entre municípios são diferenciadas em relação aos seus portes. Nesse sentido, cidades com portes maiores necessitam de uma maior oferta de serviços devido às suas populações demandantes proporcionalmente maiores.

Ainda que seja um relevante fator de avaliação em análises de diferentes naturezas, não há estabelecido um padrão de categorização dessa variável. Essa falta de padronização encontra respaldo em Araújo (2012) ao afirmar que a classificação das cidades pelo tamanho populacional é ambígua, devido às contradições presentes na literatura e nos órgãos oficiais.

O fator demográfico predomina como parâmetro, mas também são considerados critérios como a produção econômica, a densidade populacional e até mesmo aspectos mais abstratos, como o estilo de vida.

Diante dessa falta de padronização, convém considerar a classificação do tamanho da população adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em vista que esta é frequentemente adotada na literatura e por outras entidades e órgãos. Conforme apresentada na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do IBGE, essa classificação compreende sete portes populacionais: a) até 5.000 habitantes; b) de 5.001 a 10.000; c) de 10.001 a 20.000; d) de 20.001 a 50.000; e) de 50.001 a 100.000; f) de 100.001 a 500.000; e g) acima de 500.000. A definição desses portes foi fundamentada na análise empírica da distribuição populacional por municípios, conforme detalhado no documento relacionado à análise amostral dos dados das famílias e dos municípios do Censo Demográfico 2000.

Há também autores que optam por agrupar a desagregação adotada pelo IBGE em municípios de pequeno, de médio e de grande porte. Ainda assim, a forma como essa classificação é realizada varia entre os autores, refletindo a falta de padronização previamente mencionada. Por exemplo: Pimentel, Albuquerque e Souza (2015) definem um município de pequeno porte como aquele com menos de 20 mil habitantes, um município de médio porte como aquele que possui entre 20 mil e 100 mil habitantes e um município com mais de 100 mil habitantes foi classificado como de grande porte. Por sua vez, Calvo *et al.* (2016) adotam uma classificação ligeiramente diferente: considerando municípios com menos de 25 mil habitantes como de pequeno porte, municípios com 25 mil a 100 mil habitantes como de médio porte e aqueles com mais de 100 mil habitantes como de grande porte.

No contexto das análises de eleições, observa-se que o TSE adota o mesmo padrão de sete categorias de porte populacional utilizado pelo IBGE para disponibilizar dados sobre as características dos candidatos e vereadores eleitos nos pleitos de 2004 a 2020. No entanto, também é possível encontrar análises que classificam o porte populacional de acordo com a quantidade de eleitores do município. Um exemplo disso é a definição de Carlomagno (2015) que considera como pequeno o município com até 5 mil eleitores, pequeno-médio com 5 a 10 mil eleitores, médio com 10 a 50 mil eleitores, médio-grande com 50 a 200 mil eleitores e grande com mais de 200 mil eleitores. Speck e Mancuso (2013) também adotam essa última abordagem.

### **3.2 Eleições municipais e importância do porte populacional no processo eleitoral**

Para abordar o tema da vereança na política local brasileira, foi preciso fazer considerações relevantes sobre o tema. Nesta pesquisa, procurou-se compreender em que medida o perfil ou os perfis dos vereadores eleitos estão relacionados ao porte populacional dos municípios e de sua localização geográfica. Dessa forma, observou-se, no decorrer desta análise, o perfil dos vereadores e das vereadoras a partir das seguintes variáveis: gênero, raça/cor, idade, grau de instrução e ocupação. Neste estudo, tomou-se como referência o porte populacional com o recorte de análise que considera o conjunto de candidatos eleitos no período de 2004 a 2020.

Diante disso, é basilar que algumas nuances sobre a representação política em nível local sejam debatidas para fomento e amplitude da discussão. Assim, de acordo com a literatura organizada, inicia-se um debate pela perspectiva de representação política e dos novos achados, em termos de pesquisa, que compõem direcionamentos sobre a representação política em nível local. Essa representação invariavelmente mostra divergências às teses de uma política local majoritariamente estereotipada em termos de personalismos e particularismos políticos, como o clientelismo, ainda que, em alguma medida, as condições para configurações de relações clientelistas estejam presentes na política local (Kerbauy, 2005; Almeida; Lopez, 2012, 2014; Rocha; Araújo, 2016).

De acordo com Guisso (2020), cabe ressaltar que as dinâmicas da política municipal devem ser mais exploradas, em termos de pesquisa, no campo de estudo da ciência política, muito embora já sejam apresentados avanços significativos desde a década de 1990. Algo que ocorre pela importância dada pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) ao papel dos municípios na política brasileira, tanto pelo exercício da administração pública no processo de descentralização político-administrativa quanto pela relevância nas disputas eleitorais (Inácio; Rennó, 2009; Santos, 2008, *apud* Gelape, 2017; Arretche, 2004; Rocha; Kerbauy, 2014a).

Guisso (2020) destaca, ainda, que apesar da importância da variável dos territórios (Avritzer, 2007, Urbinati; Warren, 2008, *apud* Gelape, 2017), faz-se necessária a centralidade na qual estudos demonstram, em perspectiva comparada, como os diferentes territórios e diferentes contingentes populacionais podem impactar a forma como os atores constituem a representação política (Guisso, 2020).

Pretende-se, além de outros temas, compreender o perfil de candidatos e de vereadores eleitos a partir do tamanho dos municípios, ou seja, o porte populacional destes. Sendo o município um espaço frutífero para a observação e a comparação de evidências empíricas, uma vez que desde a teoria clássica até as renovações teóricas, esses espaços constituem profícuo lócus das virtudes democráticas.

O município é um espaço que já surgia na obra de autores clássicos da democracia liberal e do governo representativo, como Tocqueville (2005) e Stuart Mill (1981), como lócus do desenvolvimento de uma virtude democrática que se dá no exercício descentralizado das funções públicas e do debate político. Stuart Mill via na dimensão local um espaço para a socialização e a participação política, que deveria ser o espaço para o conhecimento da vida pública e do desenvolvimento de práticas representativas (Tocqueville, 2005; Mill, 1981, *apud* Guisso, 2020).

Diante da importância dos municípios para o desenvolvimento de práticas democráticas e representativas, cabe evidenciar a relação entre carreiras políticas associadas ao perfil dos candidatos incumbentes e ao porte dos municípios. Gelape (2022), em sua tese sobre carreiras políticas no Brasil, investigou o padrão de carreiras políticas a partir dos vereadores eleitos entre 2000 e 2020. Segundo aponta essa pesquisa, as trajetórias evidenciam que quase a totalidade desses vereadores, com uma taxa de 99%, não conquistam mandatos eletivos nos níveis estaduais e federais. Além de outros estudos sobre coligações eleitorais no nível municipal, que sugerem que o tamanho do município é importante para a compreensão das estratégias e orientação dos atores (Peixoto, 2010; Ribeiro, 2010; Praça; Dantas, 2010; Miguel; Machado, 2010, *apud* Rocha, 2014b).

Embora esse dado, e os apontamentos de outros estudos nos quais a ascensão dos parlamentares passa pelos cargos de vereador e de prefeito, o autor mostra que o tamanho do município importa, uma vez que o resultado é condicionado ao tamanho do eleitorado do município (naqueles municípios com mais de 500 mil eleitores), em que os vereadores conquistam vitórias em carreiras que integrariam cargos estaduais e nacionais. De acordo com a literatura, as relações entre executivos e legislativos locais também seriam afetadas pelo tamanho do município e pelo número de atores no legislativo previsto na legislação eleitoral (Gelape, 2022; Rocha, 2014b; Kerbauy, 2014).

Em termos de processo eleitoral, Nicolau (2004, p. 10) esclarece que sistema eleitoral é “o conjunto de normas que define como o eleitor poderá fazer escolhas e como os votos serão contabilizados para ser transformados em mandatos”. Dessa forma, o referido conjunto de normas é que irá distribuir a proporcionalidade de cadeiras por município, conjunto este que passou por modificações de cálculo por totalidade do eleitorado e por porte dos municípios nos anos de 1988, 2003, 2004 e 2009, entre os partidos e as listas de candidatos. Tais cadeiras são organizadas e distribuídas por meio do Coeficiente Eleitoral (QE) e do Coeficiente Partidário (QP).

Assim, de acordo com Nicolau (2004), a legislação eleitoral configura a forma pela qual será feita a escolha dos candidatos por meio do sistema eleitoral, sendo os principais tipos: os sistemas majoritários, os sistemas proporcionais e os sistemas mistos. Com a noção de democracia na qualidade de procedimento de escolha, o processo eleitoral para os legislativos municipais é proporcional e ocorre pelo

modelo de lista, com vistas a minimizar o problema da equidade na relação entre votos e cadeiras dos partidos (Schumpeter, 1984; Nicolau, 2004). Outros autores irão defender que o processo de eleição pelo voto configura um momento no sistema representativo, mas não é suficiente para explicar sozinho a representação política, fugindo também de uma ideia personalista, ao afirmar que o que importa é o conteúdo programático dos atores políticos e não apenas quem eles são (Pitkin, 1985; Phillips, 2001; Young, 2006; Sacchet, 2012).

No Quadro 1, a seguir, estão destacadas as modificações sobre o quantitativo de cadeiras das câmaras de vereadores e respectivo ano de alteração no período desde a CF/1988, que marca a redemocratização do país.

Quadro 1: Mudanças na legislação eleitoral sobre o quantitativo de cadeiras no Legislativo municipal e respectivo ano da alteração

Ano	Modificação implementada pela legislação com relação ao quantitativo de cadeiras nas câmaras municipais de vereadores
1988	A definição do número de vereadores é proporcional à população dos municípios e está prevista no inciso IV, do artigo 29 da Carta Magna de 1988.
2003	Em 2003, o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou a posição de que a definição do número de vereadores não está limitada apenas à faixa estabelecida na CF/1988, devendo haver uma correspondência matemática efetiva entre a população do município e o número estabelecido pelo Poder Legislativo municipal, referindo-se especificamente ao município de Mira da Estrela/SP.
2004	A Resolução do TSE nº 21.702/2004 impôs, em todo o Brasil, a adequação do número de cadeiras das câmaras municipais.
2009	Outra mudança institucional representada pela Emenda Constitucional nº 58/2009 definiu a relação entre o número de vereadores (limite máximo) e a população do município correspondente, a qual alterou a composição dos legislativos municipais, a partir do pleito realizado em 2009.

Fonte: Dados básicos: Chieza; Costa (2015, p. 147-150); Melo; Pessoa Júnior; Soares (2021, p. 230).  
Elaboração própria.

Pontuadas brevemente as colocações sobre os temas da representação no nível local, a importância do porte dos municípios nas carreiras políticas e o processo eleitoral nos municípios, convém observar os perfis dos parlamentares que alguns casos ilustrativos sejam elencados. Isto é, uma vez diante da importância dos estudos de geografia eleitoral com início na França em 1913, com Siefried, e no Brasil com Fleischer em 1976 (Zolnerkevic, 2011; Pereira, 2014, *apud* Nogueira, 2020), é proposta a contribuição sobre a análise dos perfis de candidatos e vereança com foco na importância da variável de porte populacional dos municípios brasileiros. Não obstante a importância do porte populacional, destacamos a relevância do desenvolvimento econômico e social frequentemente relacionados na literatura aos municípios grandes.

Pesquisas recentes têm contribuído para lançar luzes sobre algumas das questões acima elencadas e, frequentemente, o tamanho do município aparece como um fator

importante para explicar as variações observadas no comportamento dos atores. Sobretudo porque, no Brasil, observa-se forte correlação entre o porte do município e indicadores socioeconômicos como taxas de urbanização, pobreza desenvolvimento humano etc., sendo os municípios maiores também os mais urbanizados, desenvolvidos economicamente e com melhor desempenho em relação a vários indicadores sociais (Rocha; Kerbauy, 2014b, p. 21-22).

Na perspectiva de carreiras políticas, há a seguinte questão: os vereadores que representam descritivamente ou por similaridade a correspondência com seus eleitores, mudam de perfil a depender do porte dos municípios? Municípios estes que invariavelmente, por porte, são relacionados às características dos índices de desenvolvimento social: em termos de economia, capacidades da burocracia, da administração e implementação de políticas públicas. A seguir, alguns casos ilustrativos, encontrados na literatura sobre política local, sobre o perfil parlamentar em relação ao porte dos municípios.

### **3.3 Eleições municipais, perfil de vereadores e porte populacional: estudos de casos na literatura**

Nogueira (2020, p. 11) inicia a discussão de seu trabalho com a seguinte problemática: “qual a ligação entre o candidato e os eleitores em eleições locais no seu reduto eleitoral?” O autor investiga a relação entre a distribuição espacial dos votos nas eleições para vereador na Zona Norte de Goiânia ao observar os seis candidatos mais votados e analisa a ligação entre candidato e eleitor por meio de estudo do território. De acordo com o estudo, ao pesquisar e acompanhar a relação de um candidato<sup>2</sup> específico, que obteve 5.431 votos, seria possível definir que o voto local não segue vínculos partidários ou ideológicos, mas sim, a identificação pessoal do eleitor com o candidato. Para esse caso, a identidade e a proximidade do candidato com os eleitores demonstraram forte relação com o território, reduto de maior número de votos endereçados a ele.

Gelape (2017), em seu trabalho sobre a geografia do voto em eleições municipais, compara as capitais Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. O autor investiga a distribuição espacial dos votos obtidos pelos vereadores eleitos nas eleições de 2008 e de 2012, tendo como objetivo identificar os padrões de votação. Para tanto, utilizou a metodologia de classificação de tipologias de Ames (2003), que consiste em classificar os candidatos em quatro tipos, de acordo com duas dimensões espaciais, horizontal e vertical, da distribuição dos votos em: a) concentrados-dominantes; b) concentrados-compartilhados; c) dispersos-compartilhados; e d) dispersos-dominantes.

De acordo com Ames (2003, p. 66), a classificação *concentrado-dominante* se trata do "clássico reduto eleitoral brasileiro", que se caracteriza por alta concentração de votos em uma localidade, podendo refletir na ascensão de líderes políticos locais. O tipo *concentrados-compartilhados* se refere a candidatos que obtêm a maioria de seus votos em uma única localidade ou pequeno grupo de localidades, sem dominar a votação. A classe *dispersos-compartilhados* se configura por candidatos que buscam votos

---

<sup>2</sup> Vinicius Cirqueira (ex-PCdoB e atual Pros), candidato da zona 146, na região Norte de Goiânia. Informações das eleições para vereador de 2016.

em setores do eleitorado pouco expressivos em qualquer localidade e espalhados por toda a circunscrição eleitoral. O padrão *dispersos-dominantes* ocorre em votações distribuídas por toda a circunscrição eleitoral, mas com uma alta concentração em algumas localidades (Ames, 2003).

Gelape (2017) utilizou diferentes índices: o índice de dominância média (D); o índice de Herfindhal-Hirschman (HHi); e o índice G para realização dos cálculos, ao operar como unidades de observação os bairros, para os casos de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e os distritos, para o caso de São Paulo. Após descrever as controvérsias e as limitações das metodologias empregadas no desenho da pesquisa, Gelape (2017) apresentou as estatísticas descritivas do estudo comparado nas três cidades pelos diferentes índices. Entre esses três municípios analisados, São Paulo foi a cidade que apresentou o maior percentual (ou percentual acima da média) de vereadores do tipo disperso-compartilhado, e essa classificação é a predominante em todos eles. Para a cidade do Rio de Janeiro, houve dados relevantes acima da média para os tipos concentrado-compartilhado e disperso-dominante. Entretanto, no caso de Belo Horizonte, o cenário encontrado foi de maior percentual de legisladores com padrão de votação dominante.

Leal (2010) apresentou como resultados obtidos em sua pesquisa sobre vereadores do Rio Grande do Sul que o porte dos municípios mostrou ter mais peso do que as diferentes legendas partidárias. Ainda assim, as diferenças partidárias não são desprezíveis, como afirma a autora, pois os partidos se mostraram também como uma dimensão relevante na política local, diferentemente de teses antropológicas sobre redes e facções. O perfil dos vereadores gaúchos, em termos de profissionalização, na qualidade de mais longevos em número de mandatos, teve diferença mais significativa em relação ao porte dos municípios, em que quanto maior o município maior a chance de encontrar-se profissionais da política<sup>3</sup>.

Sobre os perfis de ocupação, a autora informa:

Nesse sentido, observou-se que quanto maior a cidade, a tendência é que os vereadores sejam mais velhos e mais escolarizados. No que tange à área profissional, serviço público e comércio se equivaleram nos diferentes tamanhos de municípios, ficando a diferença mais notável a cargo da agricultura (expressiva apenas nos municípios pequenos) e das profissões liberais (que apresentaram crescimento linear conforme aumenta a população) (Leal, 2010, p. 94).

Sobre a participação, a identidade e o enraizamento social dos vereadores, a pesquisa revelou que:

A participação em organizações sociais se mostrou a principal forma de construção de capital político em todos os partidos e portes de município. A diferença que se nota é o tipo de organização: enquanto nos municípios pequenos predominam as organizações ligadas à Igreja, nos municípios maiores, elas cedem espaço para as associações de moradores como fonte de legitimação (Leal, 2010, p. 95).

---

<sup>3</sup> Não se trata do conceito de político profissional formulado por Max Weber (1919), porque independentemente do “tipo político” ou do fato de esses atores garantirem a subsistência a partir de recursos da vida política, como salário pelo seu trabalho, do são tão então dependentes, há um sentido de longevidade nos cargos, no acúmulo de mandatos.

A pesquisa também revelou que nos municípios com mais de 100 mil habitantes é que se encontram o maior número de vereadores com três ou mais mandatos, e que eles fazem da vereança uma atividade profissional exclusiva. No que diz respeito à ascensão desses políticos para cargos do Executivo municipal, o dado se mostrou relevante para todos os partidos, e com aumento significativo à medida que aumentava também o porte do município. Segundo Leal (2010), a participação em conselhos municipais não mostrou diferença significativa em relação ao tamanho dos municípios do Rio Grande do Sul. O único partido que se diferenciou na forma de participação e de enraizamento foi o Partido dos Trabalhadores (PT), que mostrou forte vínculo com movimentos sociais e organizações de classes sindicais.

O estudo comparativo do perfil dos vereadores considerou o conjunto de candidatos e de eleitos entre 2004 e 2020, analisando os diferenciais ou as similaridades existentes em termos de porte populacional dos municípios e sua localização geográfica, tomando como referências as grandes regiões do país. As características dizem respeito ao gênero, à cor/raça, à idade, ao grau de instrução e à ocupação.

#### 4 PERFIL DE VEREADORES NO BRASIL POR PORTE POPULACIONAL: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados relativos ao perfil de vereadores eleitos por municípios agrupados conforme o porte populacional, segundo as variáveis gênero, cor/raça, grau de instrução, idade e ocupação.

##### 4.1 Análise da variável gênero

Os resultados e as análises apresentados nesta seção destacam a participação e a eleição de mulheres nas eleições para as câmaras de vereadores, em relação aos candidatos e aos eleitos do sexo masculino.

Tabela 1: Proporção de candidatas, proporção de eleitas e razão candidatas/eleitas ao cargo de vereador por porte populacional no Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	2004	2008	2012	2016	2020
	% de Candidatas				
Até 5.000 hab.	19,0	19,4	33,1	34,0	36,4
De 5.001 a 10.000 hab.	19,9	20,1	33,1	33,7	36,0
De 10.001 a 20.000 hab.	21,4	21,3	32,6	33,3	35,5
De 20.001 a 50.000 hab.	22,5	22,7	31,9	32,4	34,9
De 50.001 a 100.000 hab.	24,2	23,5	31,0	31,5	33,7
De 100.001 a 500.000 hab.	25,7	24,4	30,7	31,4	33,6
Mais de 500.000 hab.	22,2	22,0	29,4	30,7	32,5

(Continua)

Tabela 1: Proporção de candidatas, proporção de eleitas e razão candidatas/eleitas ao cargo de vereador por porte populacional no Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	(Conclusão)				
	2004	2008	2012	2016	2020
	% de Eleitas				
Até 5.000 hab.	13,0	12,8	14,5	14,9	17,4
De 5.001 a 10.000 hab.	12,5	12,4	13,9	14,1	17,1
De 10.001 a 20.000 hab.	13,1	13,5	14,3	13,9	16,1
De 20.001 a 50.000 hab.	11,4	12,7	12,8	13,0	15,4
De 50.001 a 100.000 hab.	11,8	12,0	12,5	12,5	14,8
De 100.001 a 500.000 hab.	10,4	9,1	9,6	10,4	12,6
Mais de 500.000 hab.	11,3	11,3	10,5	11,6	15,7
	Eleitas/Candidatas				
Até 5.000 hab.	0,7	0,7	0,4	0,4	0,5
De 5.001 a 10.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5
De 20.001 a 50.000 hab.	0,5	0,6	0,4	0,4	0,4
De 50.001 a 100.000 hab.	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
De 100.001 a 500.000 hab.	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4
Mais de 500.000 hab.	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

No Brasil como um todo, a participação de mulheres aumentou entre as eleições de 2004 e 2020 para as câmaras de vereadores. Os resultados apontam, em 2004 e em 2008, uma baixa representação, sendo que as candidaturas femininas ocorreram em maior volume nos municípios de maior porte populacional (proporção de candidatas). Nas eleições a partir de 2012, cresceu a participação das mulheres candidatas, sendo esse percentual inversamente proporcional ao porte populacional, ou seja, com maior intensidade nos municípios de menor população. As maiores proporções passaram a ser registradas nos grupos populacionais de menor porte, diminuindo à medida que a população aumentava (Tabela 1).

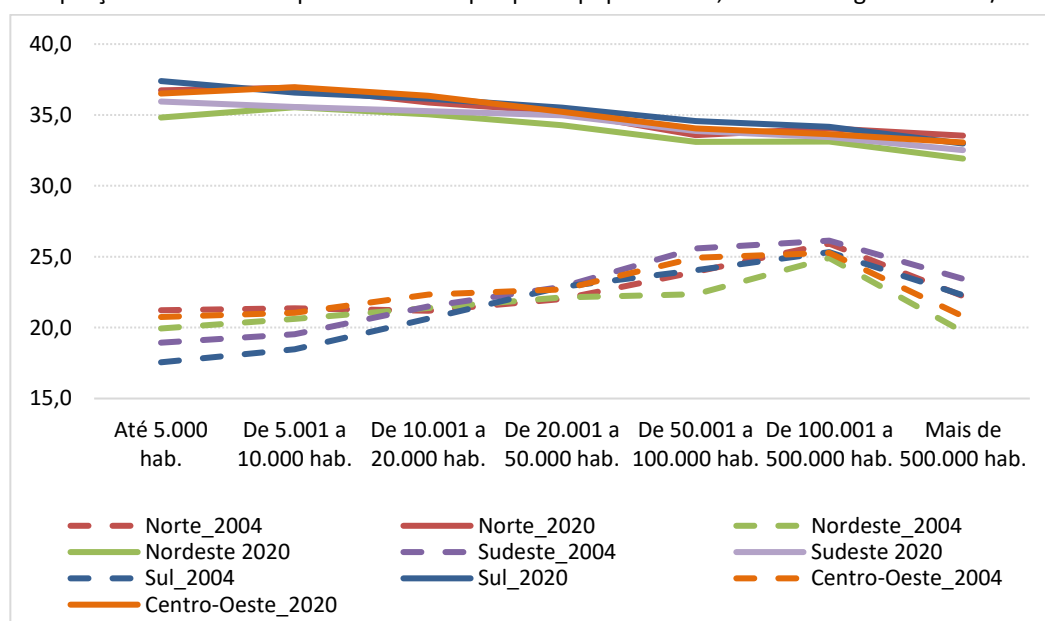
O aumento significativo no número de candidaturas femininas, sobretudo decorrente da instituição da cota de gênero (Lei nº 12.034/2009), não implicou na mesma proporção de mulheres eleitas para o cargo de vereador. Apesar do crescimento registrado na proporção de mulheres eleitas nas últimas cinco eleições, a representação ainda permaneceu reduzida se comparada à proporção de candidatas. Os dados apontam para uma proporção de eleitos ligeiramente melhor em municípios de menor porte populacional ao longo de todo o período analisado, sendo que essa diferença se reduziu, gradativamente, à medida que aumentou o porte do município, com pequena elevação no grupo dos municípios mais populosos. Comparando as duas proporções (candidatas e eleitas), ficam evidenciados os diferenciais de sucesso eleitoral entre homens e mulheres.

É interessante destacar que regionalmente o comportamento foi bastante similar à média nacional, tanto para as candidaturas quanto para as efetivamente eleitas. No caso das candidaturas, as

proporções foram ligeiramente inferiores nas regiões Sudeste e Nordeste. No período como um todo, as candidaturas femininas cresceram em todas as regiões, com maior intensidade para os municípios menores — com destaque para municípios da Região Sul — diminuindo à medida que crescia a população, e com ligeiro aumento nos municípios mais populosos.

O Gráfico 1 evidencia a inversão que ocorreu no período também regionalmente. Em 2004, eram registradas proporcionalmente menos candidaturas nos municípios de menor porte, crescendo à medida que a população aumentava. Na eleição de 2020, houve uma mudança de forma geral nas regiões. Aqueles municípios de menor população passaram a registrar as maiores proporções de candidaturas de mulheres, e essa proporção se reduzia à medida que aumentava o porte populacional.

Gráfico 1: Proporção de candidatas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2020

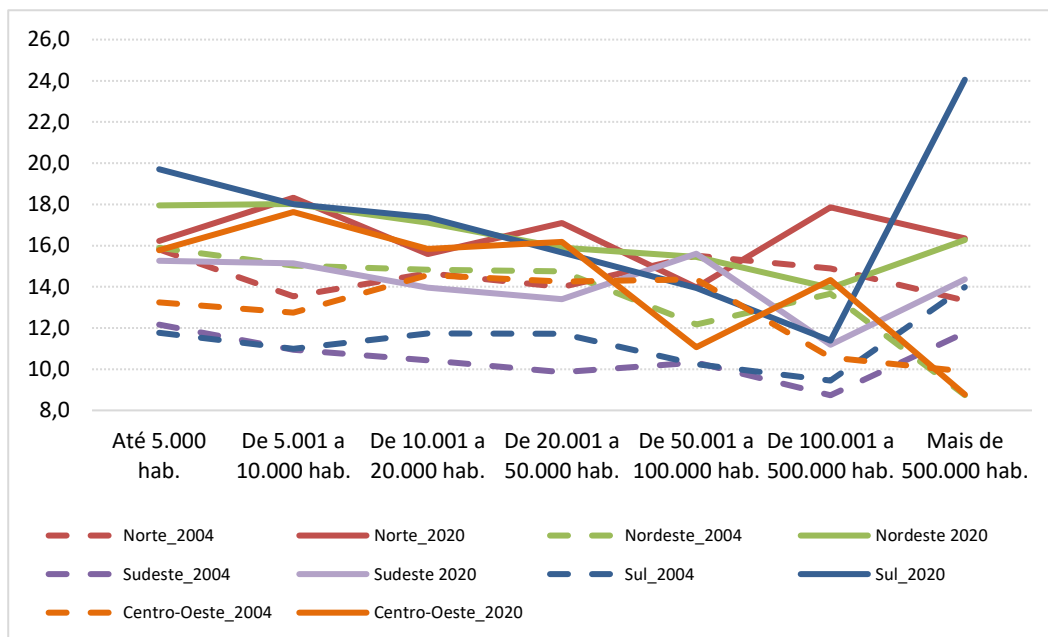


Fonte: Dados da pesquisa.

Em se tratando dos resultados eleitorais, a proporção de mulheres eleitas foi superior nas eleições nos municípios de menor porte, diminuindo à medida que aumenta o porte populacional, sendo que em algumas eleições aumenta para o grupo dos municípios mais populosos, com algumas exceções, por exemplo, na região Norte, onde tal padrão não se faz tão evidente (Gráfico 2).

Nesse cenário, a sub-representação das mulheres nas câmaras de vereadores também se faz presente em todas as regiões do Brasil, relativamente às candidaturas. Nas eleições de 2004 e de 2008, as razões calculadas eram maiores, comparativamente às demais, e apontavam que o sucesso eleitoral das mulheres era maior nos municípios de menor porte, diminuindo à medida que a população aumentava.

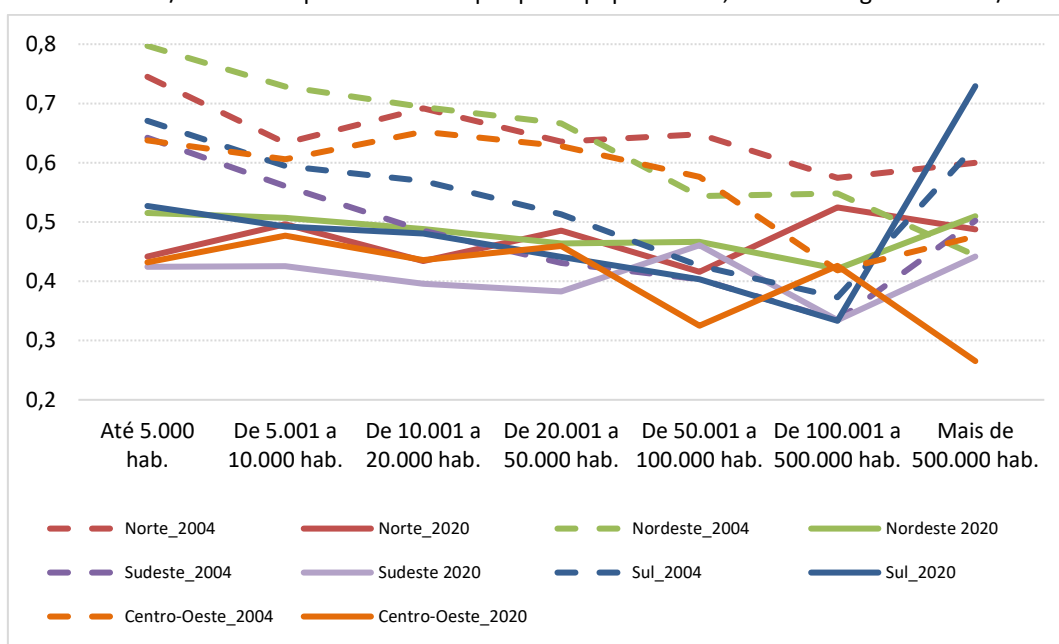
Gráfico 2: Proporção de candidatas eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2020



Fonte: Dados da pesquisa.

O significativo aumento nas candidaturas a partir da eleição de 2012 significou redução importante da razão candidatas/eleitas, que também se tornou bastante similar entre os grupos de porte populacional (Gráfico 3).

Gráfico 3: Razão eleitas/candidatas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2020



Fonte: Dados da pesquisa.

As Tabelas de 1 a 3, disponíveis no Apêndice deste trabalho, apresentam as proporções de candidaturas de mulheres, as proporções de candidatas eleitas e a razão eleitas/candidatas para as eleições de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020, segundo as Grandes Regiões brasileiras.

## 4.2 Análise da variável cor/raça

Disponível apenas para as eleições de 2016 e 2020, a análise da informação sobre cor/raça, declarada pelos candidatos, considerou dois grandes grupos: brancos e negros, incluindo neste último pretos e pardos. Os resultados apresentados nesta seção focam na presença e na participação dos negros nas eleições para as câmaras de vereadores.

Tabela 2: Proporção de candidatos negros, proporção de negros eleitos e razão eleitos/candidatos para vereador no Brasil por porte populacional – 2016/2020

Porte	Candidatos		Eleitos		Eleitos/candidatos	
	2016	2020	2016	2020	2016	2020
Até 5.000 hab.	37,5	40,7	32,2	35,6	0,86	0,88
De 5.001 a 10.000 hab.	45,7	48,5	41,3	44,5	0,90	0,92
De 10.001 a 20.000 hab.	49,5	53,1	46,1	49,3	0,93	0,93
De 20.001 a 50.000 hab.	52,5	54,9	48,5	51,1	0,92	0,93
De 50.001 a 100.000 hab.	50,7	52,5	44,7	46,8	0,88	0,89
De 100.001 a 500.000 hab.	47,2	50,3	38,9	41,8	0,82	0,83
Mais de 500.000 hab.	51,1	54,0	36,4	40,4	0,71	0,75

Fonte: Dados da pesquisa.

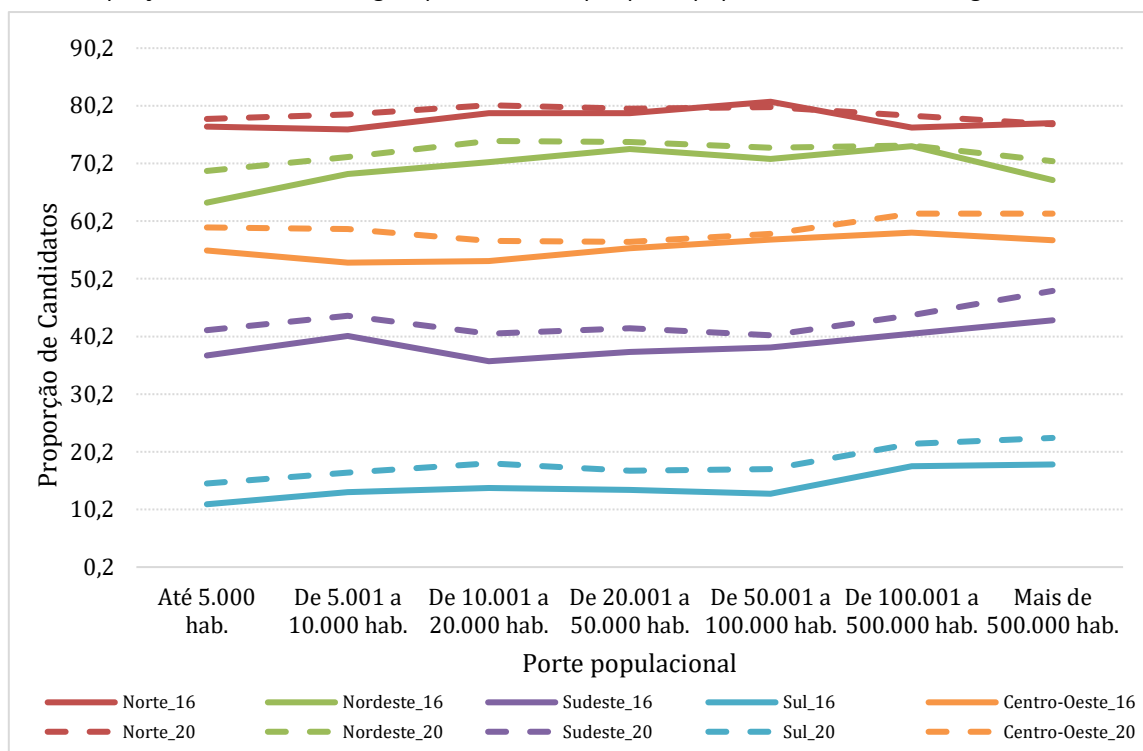
No Brasil, de forma geral, no que se refere ao porte populacional dos municípios, cresceu a proporção de candidatos e de eleitos negros nas câmaras de vereadores entre as eleições de 2016 e 2020, sendo esta maior nos pequenos municípios (até 5.000 habitantes). Especificamente aos eleitos, destaque também para o crescimento registrado nos grandes municípios (mais de 100.000 habitantes). Chama atenção que tanto para os candidatos quanto para os eleitos, as menores proporções foram registradas nos municípios de menor porte populacional, aumentando progressivamente à medida que aumentava a população até o grupo de 20.001 a 50.000 habitantes, quando passou a reduzir. No caso dos candidatos, destaque para o fato de que os negros eram mais da metade do total de candidatos, já na eleição de 2016, nos municípios de mais de 20.000 habitantes. Essa maioria, que se consolidou em 2020, passou a incluir também os municípios acima de 10.000 habitantes.

Tal comportamento pode ter significado um pequeno aumento nos percentuais de sucesso das candidaturas de negros, com elevação na sua proporção entre os eleitos, entretanto, em nível inferior ao crescimento registrado nas candidaturas. A proporção de eleitos em relação à proporção de candidatos (razão eleitos/candidatos) foi inferior em todos os grupos de porte populacional; ou seja, relativamente à proporção de candidatos, os negros continuam sub-representados nas câmaras de vereadores, apesar do pequeno aumento registrado na razão eleitos/candidatos (Tabela 2). Pode-se concluir, portanto, que os candidatos brancos permanecem com chances de sucesso mais elevadas nas eleições para vereadores, comparativamente aos negros.

No que diz respeito aos diferenciais regionais, observa-se que aumentou a proporção de candidatos negros em praticamente todas as regiões e grupos de porte populacional, como pode ser

observado no Gráfico 4, no qual as linhas contínuas representam os valores para a eleição de 2016 e as tracejadas para a eleição de 2020. Os resultados mostram que o incremento ocorreu com menor intensidade no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nesta ordem. Entretanto, nessas mesmas regiões eram observadas as maiores proporções de candidatos negros já na eleição de 2016, com destaque para o Norte. Por outro lado, chama atenção a magnitude do crescimento das candidaturas de negros às câmaras de vereadores no Sul, variando de 7% a 12% entre 2016 e 2020 em todos os grupos de porte populacional, apesar dessa região registrar um patamar bastante reduzido na proporção de candidatos negros (entre 15% e 23% na eleição de 2020).

Gráfico 4: Proporção de candidatos negros para vereador por porte populacional, Grandes Regiões – 2016/2020

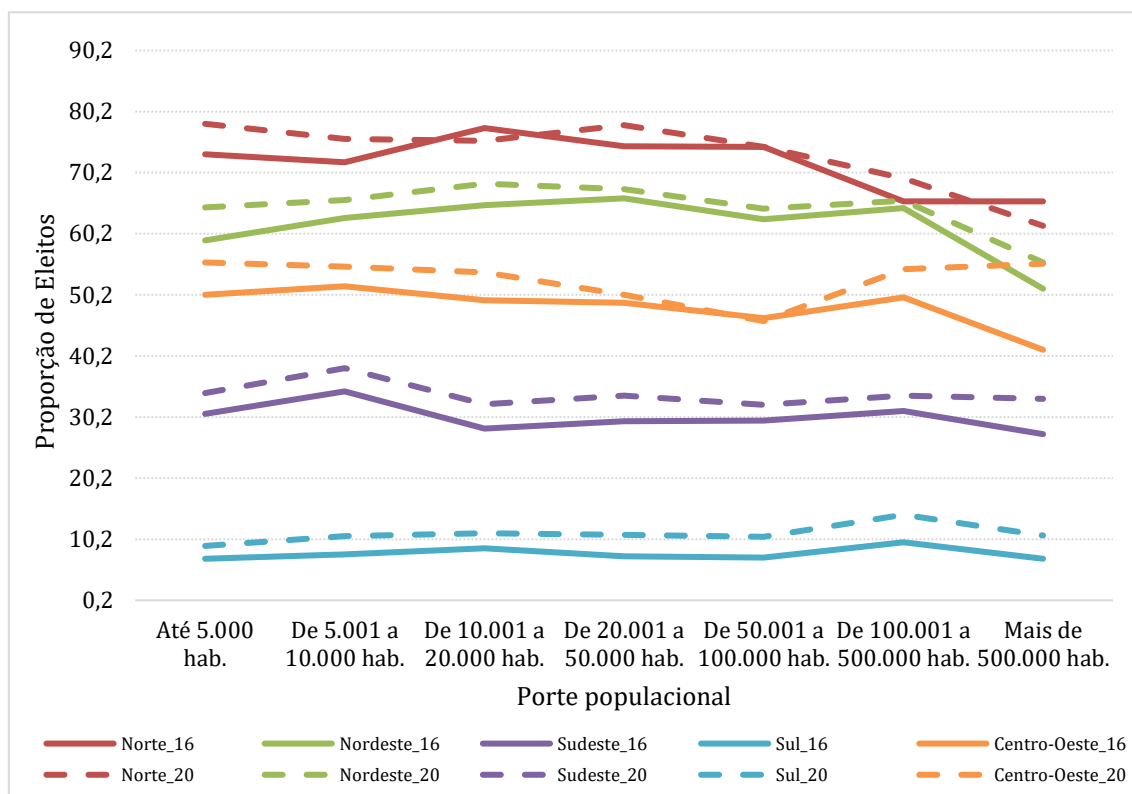


Fonte: Dados da pesquisa.

De forma similar ao Brasil como um todo, o incremento na representatividade dos negros nas candidaturas também representou ganhos na corrida eleitoral, mas não na mesma intensidade, e com diferenças regionais.

A proporção de candidatos negros eleitos aumentou em praticamente todas as regiões e grupos de porte populacional, como pode ser observado no Gráfico 5, apesar dos diferenciais regionais. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste isso ocorreu com menor intensidade às demais — nesta ordem. Entretanto, nessas mesmas regiões foram observadas as maiores proporções de candidatos negros eleitos na eleição de 2016, com destaque para o Norte. Por outro lado, chama atenção novamente, a magnitude do crescimento do sucesso eleitoral dos candidatos negros nas eleições municipais no Sul, variando de 15% a 22% entre os grupos de porte populacional entre 2016 e 2020; apesar dessa região registrar um patamar bastante reduzido na proporção de candidatos negros eleitos (entre 9% e 14%, entre os grupos de porte populacionais na eleição de 2020).

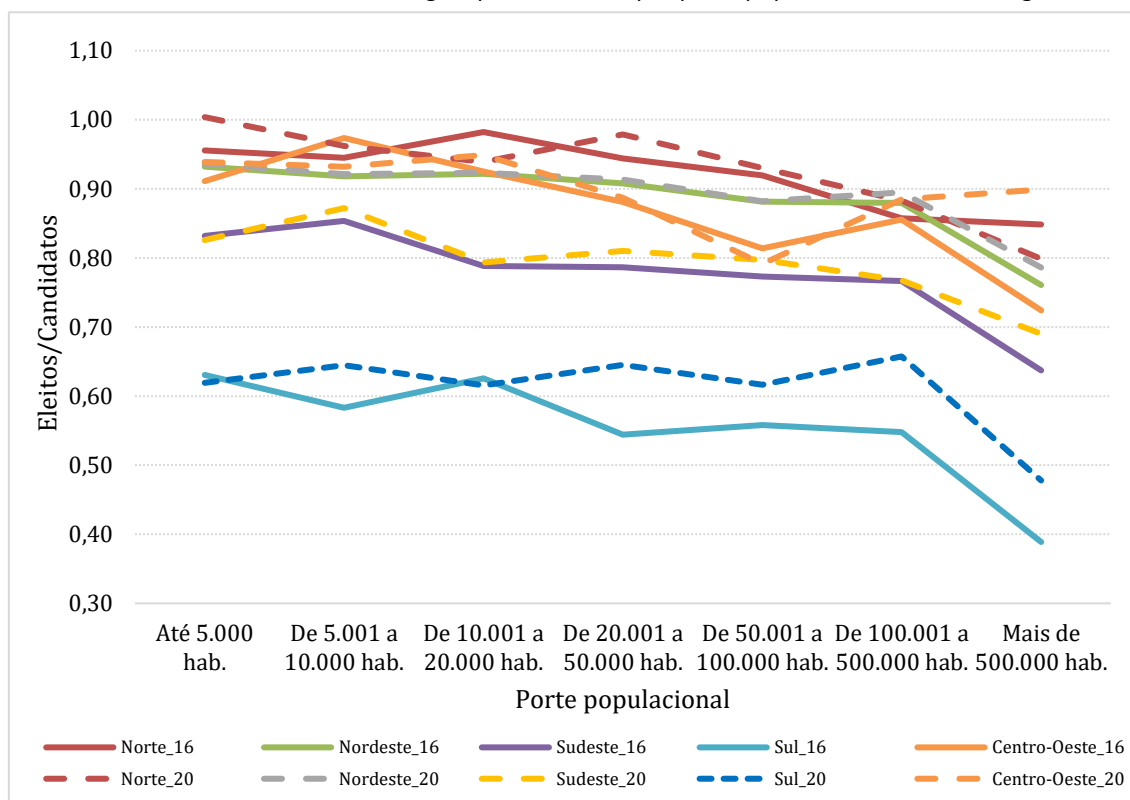
Gráfico 5: Proporção de candidatos negros eleitos para vereador por porte populacional, Grandes Regiões – 2016 /2020



Fonte: Dados da pesquisa.

Como já observado na média nacional, o crescimento no sucesso eleitoral dos candidatos negros não apresentou a mesma intensidade relativamente ao crescimento das candidaturas de negros, apesar de ter aumentado entre 2016 e 2020, fato que resultou no aumento da representatividade dos negros nas câmaras de vereadores de forma praticamente geral. Comparando as duas proporções, observa-se a razão (eleitos/candidaturas) abaixo do valor um para todas as regiões e grupos populacionais, com exceção apenas para os municípios com até 5.000 habitantes da região Norte em 2020, onde registrou-se 78% de candidatos negros e 78% de candidatos negros eleitos. Nas demais regiões a razão de eleitos/candidatos foi inferior, com destaque para a região Sul. Registra-se ainda que a sub-representação, assim avaliada, era menor para os municípios menos populosos e aumentava gradativamente à medida que aumentava o porte populacional dos municípios.

Gráfico 6: Razão eleitos/candidatos negros para vereador por porte populacional, Grandes Regiões – 2016/2020



Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4, no Apêndice, traz as proporções de candidaturas de negros, as proporções de candidatos negros eleitos e a razão eleitos/candidatos para as eleições de 2016 e 2020, segundo as Grandes Regiões brasileiras.

### 4.3 Análise da variável “grau de instrução”

Os resultados e análises apresentados nesta seção avaliam a presença e a participação dos candidatos segundo o nível de instrução, focando em duas categorias: ensino médio completo e ensino superior completo.

As eleições vêm apresentando mudanças significativas no que se refere ao nível de instrução dos candidatos às câmaras de vereadores e conseqüentemente dos eleitos. Para os primeiros, e no Brasil como um todo, destaca-se o crescimento contínuo na proporção dos que declararam ter ensino médio completo e superior completo em praticamente todos os grupos de porte populacional (Tabela 3).

Tabela 3: Proporção de candidatos e eleitos a vereador com ensino médio ou superior completo por porte populacional para o Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	Ensino médio					Superior completo				
	2004	2008	2012	2016	2020	2004	2008	2012	2016	2020
	Candidatos					Candidatos				
Até 5.000 hab.	26,6	32,0	36,1	39,4	41,6	6,6	9,4	12,1	12,3	15,6
De 5.001 a 10.000 hab.	29,0	33,4	37,1	39,5	41,4	8,2	11,1	13,8	13,8	16,4
De 10.001 a 20.000 hab.	31,4	35,6	39,4	41,2	42,5	9,5	12,9	15,4	15,9	18,4
De 20.001 a 50.000 hab.	34,8	38,6	41,5	43,0	43,5	12,9	16,0	17,8	18,5	21,1
De 50.001 a 100.000 hab.	36,0	39,3	42,4	43,9	44,2	18,5	21,4	21,6	21,5	24,8
De 100.001 a 500.000 hab.	37,9	41,2	44,0	45,4	45,4	22,7	25,5	24,2	25,2	28,5
Mais de 500.000 hab.	41,1	43,4	45,0	45,3	44,7	31,7	33,7	31,4	33,8	37,1
	Eleitos					Eleitos				
Até 5.000 hab.	30,0	35,1	38,1	41,9	43,0	8,6	11,4	14,9	16,5	21,0
De 5.001 a 10.000 hab.	32,6	36,8	38,7	41,2	41,3	11,2	14,1	18,0	19,9	24,2
De 10.001 a 20.000 hab.	35,3	39,5	41,2	41,5	41,6	13,6	17,5	21,2	23,9	28,2
De 20.001 a 50.000 hab.	38,2	41,0	42,6	41,8	41,7	19,6	22,7	26,0	29,3	33,7
De 50.001 a 100.000 hab.	37,9	40,4	42,6	41,3	39,2	27,6	31,1	33,3	36,5	41,4
De 100.001 a 500.000 hab.	34,9	38,3	39,0	38,7	38,4	39,1	39,8	40,9	43,0	47,1
Mais de 500.000 hab.	32,5	32,3	33,9	32,4	32,9	54,9	57,1	55,1	59,1	59,9
	Eleitos/candidatos					Eleitos/candidatos				
Até 5.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3
De 5.001 a 10.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	1,3	1,3	1,4	1,5
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5
De 20.001 a 50.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,4	1,5	1,6	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	1,5	1,5	1,5	1,7	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7
Mais de 500.000 hab.	0,8	0,7	0,8	0,7	0,7	1,7	1,7	1,8	1,7	1,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro aspecto a ser destacado é que municípios menores em população tinham proporções menores de candidatos nessas duas categorias educacionais relativamente aos demais municípios. E, à medida que aumentava o porte populacional, aumentavam tais proporções. E, por fim, pode-se observar um padrão de progressiva elevação do nível de instrução dos candidatos, mesmo que ainda persistam as maiores proporções daqueles com ensino médio completo, comparativamente àqueles com superior completo. Nesse ponto específico, o crescimento relativo foi bem mais significativo para aqueles da categoria de superior completo e com maior intensidade nos municípios dos grupos populacionais de menor porte.

Na mesma direção, as informações para os vereadores eleitos mostram uma crescente proporção daqueles com ensino médio completo e superior completo, sendo que para essa última categoria os ganhos foram bem mais significativos. Da mesma forma, tal constatação se deu com maior intensidade para os municípios nos grupos populacionais menores, com decréscimos à medida que aumentava o porte populacional. Prevaecem os vereadores eleitos com ensino médio completo nos municípios das categorias com até 100.000 habitantes, com exceção da eleição de 2020 quando, no caso

do grupo de municípios de 100.001 a 500.000, passou a prevalecer o superior completo. Entretanto, as diferenças vêm se reduzindo. Nos demais, o superior completo supera o ensino médio e as proporções foram crescentes ao longo das eleições.

Tal comportamento é resultado do processo eleitoral e dos diferentes níveis de sucesso das candidaturas. Na Tabela 3 fica evidenciada, pela razão eleitos/candidatos, a redução dos resultados positivos para aqueles com ensino médio, onde a proporção de eleitos passa gradativamente a ser menor que a proporção de candidatos. Esse fenômeno vem ocorrendo em diferentes faixas de tamanho de população, dos municípios mais populosos aos menos populosos. Por outro lado, o sucesso eleitoral está cada vez mais perceptivo para aqueles candidatos com ensino superior completo, fenômeno que vem se intensificando ao longo das eleições e com maior intensidade para os grupos de municípios mais populosos, com a razão eleitos/candidatos elevada.

Analisando as informações segundo as Grandes Regiões (Tabela 5, no Apêndice), pode-se dizer, de forma geral, que houve aumento das proporções de candidatos com ensino médio e com ensino superior, sendo esse mais significativo no segundo caso e com maior intensidade para os municípios de menor porte populacional. Evidencia-se também que ainda prevalecem candidatos com ensino médio, principalmente para os municípios de menor porte populacional. À medida que cresce a população essa proporção aumenta, mas as diferenças reduzem significativamente ao longo do período. Em 2004, por exemplo, a proporção de candidatos com ensino médio completo era de 42,6% para os municípios maiores (mais de 500.000 habitantes) e de 32,7% nos pequenos (até 5.000 habitantes) no Centro-Oeste. Ou seja, era 1,3 vezes maior (menor valor dentre as regiões). No caso do Norte e do Nordeste, que apresentaram as maiores diferenças, essa era de 1,7. Apesar das variações nos grupos intermediários, em 2020, esses valores passaram a ser muito similares (próximos de 1). No caso do ensino superior, os diferenciais eram bem mais significativos, mesmo com a redução entre 2004 e 2020. Entre as regiões, se a proporção de candidatos com ensino superior nos municípios maiores variava de 5,0 a 6,5 vezes em relação aos pequenos em 2004, passou para de 2,2 a 2,6 vezes em 2020.

Mais uma vez, o processo eleitoral acentuou os diferenciais nas chances de sucesso. O nível de instrução dos candidatos se mostra cada vez mais determinante e distinto, segundo os grupos populacionais. Percebe-se o aumento gradativo da presença de vereadores eleitos com nível superior de escolaridade. Analisando as distribuições dos eleitos, tem-se, inicialmente, elevadas proporções daqueles com ensino médio, crescente até a eleição de 2016 — principalmente para os municípios de menor porte populacional (até 50.000 habitantes). Nas cinco eleições, estes representaram majoritariamente a escolaridade dos vereadores eleitos, com as seguintes exceções:

- a) municípios maiores (mais de 500.000 habitantes) em todas as regiões;
- b) municípios com população acima de 100.000 a 500.000 habitantes; no caso do Sudeste e do Sul em todos os anos; no Norte e no Centro-Oeste em anos mais recentes;

- c) municípios com população acima de 50.000 a 100.000 habitantes; no caso do Sudeste e do Sul nas eleições de 2012, de 2016 e de 2020.

No caso dos eleitos, por um lado, a proporção dos que possuem ensino médio é maior nos municípios com as menores populações e se reduz à medida que a população aumenta, diferentemente do observado na distribuição dos candidatos. Por outro lado, as proporções de eleitos com curso superior são menores nos municípios pequenos e aumenta significativamente à medida que a população se eleva, resultado dos diferenciais no sucesso eleitoral segundo o nível de escolaridade e o tamanho do município. Entretanto, há de se considerar que os diferenciais vêm se reduzindo ao longo do tempo entre as regiões brasileiras, uma vez que as proporções de vereadores eleitos com curso superior têm aumentado mais intensamente nos municípios menores. Se em 2004 essa proporção era de 5,4 a 8,6 vezes maior nos municípios com mais de 500.000 habitantes, comparativamente àqueles com até 5.000 habitantes, isso passa para valores entre 2,5 e 3,4 vezes na eleição de 2020. Tal constatação é também resultado da crescente participação dos eleitos com curso superior nas câmaras de vereadores, principalmente para os municípios menores, com destaque para a região Norte (Tabela 6, no Apêndice).

A razão entre eleitos e candidatos (Tabela 7, no Apêndice) evidencia a marcante mudança no resultado das eleições relativamente à escolaridade dos eleitos. Ao longo do tempo, os eleitos com ensino médio vêm perdendo representatividade nas câmaras de vereadores, comparativamente aos candidatos (passando para valores da razão eleitos/candidatos menores que um). Ademais, a proporção de eleitos com curso superior é cada vez maior comparativamente à de candidatos, acentuado pela crescente chance eleitoral desse grupo (valores acima de um), que nas primeiras eleições se fazia presente nos municípios de maior porte populacional, mas que ao longo do tempo pode ser observado de forma praticamente geral.

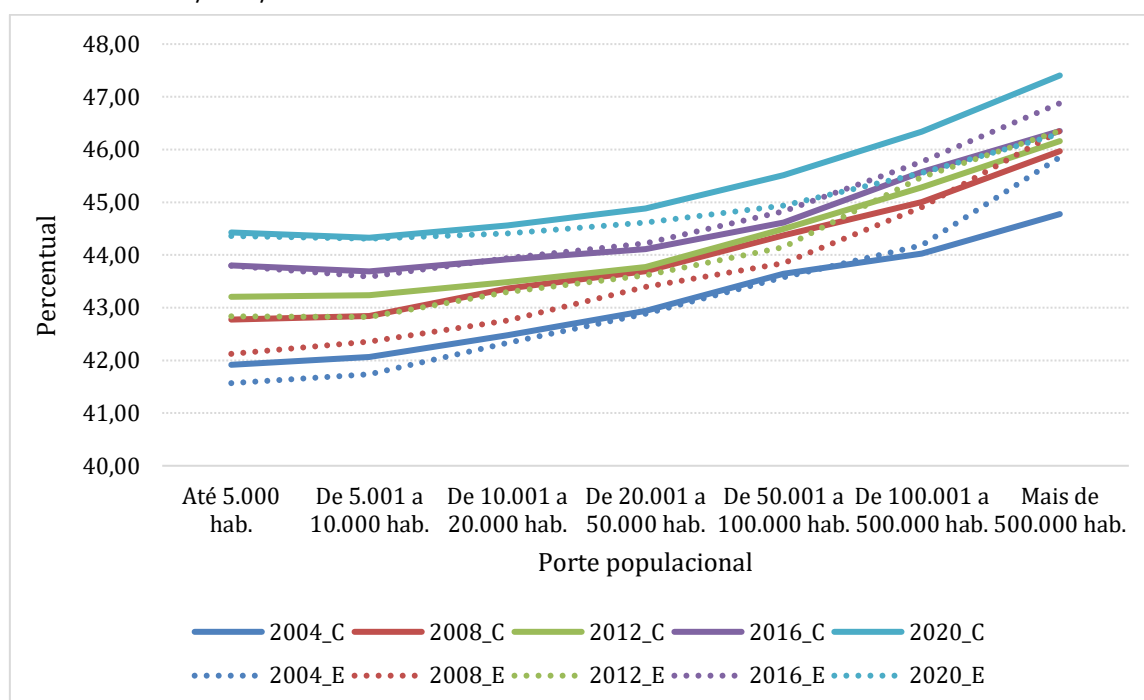
#### **4.4 Análise da variável idade**

Os resultados e as análises apresentados nesta seção empregam a idade média e a distribuição segundo grupos etários para avaliar a presença e a participação dos candidatos nas câmaras de vereadores.

No Brasil, como um todo, a idade média dos candidatos e dos eleitos para vereador ao longo das cinco últimas eleições aumentou, com poucas exceções. Na eleição de 2004, a idade média dos candidatos era de 43 anos, passando para 45,3 anos em 2020. Entre os eleitos, a idade média passou de 42,4 anos para 44,6. Os resultados apontam que nos municípios de menor porte populacional, os eleitos tinham idade média inferior ou muito próxima da idade média dos candidatos, enquanto o mesmo não ocorreu nos municípios de maior população. A exceção se deu na eleição de 2020, na qual, para todos os grupos de porte, a idade média dos eleitos era igual ou inferior à idade média dos candidatos, principalmente para os municípios mais populosos (Gráfico 7).

A análise da razão das proporções de candidatos e das proporções de eleitos, apresentada na Tabela 4, aponta os grupos etários com as maiores chances de sucesso nas eleições. Ela apresenta quantas vezes cada um dos grupos etários registrou valor acima de um nas cinco eleições consideradas, sendo estas organizadas segundo porte populacional dos municípios, onde a cor vermelha aponta maior sucesso eleitoral. No Brasil, como um todo, os grupos etários de 30 a menos 40 anos e de 40 a menos de 50 anos foram destaque em todas as eleições. No caso dos municípios maiores, percebe-se uma variabilidade maior, onde candidatos de outros grupos etários também se destacam entre os demais, principalmente os mais velhos. Chamam a atenção os grupos de 40 a menos de 50 anos, 60 a menos de 70 anos e 80 anos e mais.

Gráfico 7: Idade média dos candidatos e dos eleitos para vereador por porte populacional no Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4: Número de vezes que a razão entre a proporção de eleitos e a proporção de candidatos é maior que um por porte populacional no Brasil – 2004/2008/2012/2016/2020

Grupo de Idade	Porte populacional do município							
	Até 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 20.000	De 20.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	De 100.001 a 500.000	Mais de 500.000	
18 e 19								
20  --- 30								1
30  --- 40	5	5	5	5	5	5	5	3
40  --- 50	5	5	5	5	5	5	5	4
50  --- 60	2	2	2	1	1	1	1	2
60  --- 70								4
70  --- 80								2
80 e mais								4

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados para as Grandes Regiões mostram um padrão muito parecido com a média nacional, principalmente o Sudeste, com prevalência dos grupos etários de 30 a menos 40 anos e de 40 a menos de 50 anos, com algumas especificidades, como apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Número de vezes que a razão entre a proporção de eleitos e a proporção de candidatos é maior que um por porte populacional, segundo Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020

Grupo de Idade	Porte populacional do município						
	Até 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 20.000	De 20.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	De 100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Norte							
18 e 19					1		1
20  --- 30							4
30  --- 40	5	5	5	5	4	5	3
40  --- 50	5	5	5	5	5	3	3
50  --- 60	1						2
60  --- 70						2	2
70  --- 80					1		3
80 e mais			1				
Nordeste							
18 e 19							1
20  --- 30							2
30  --- 40	5	5	4	5	3	2	3
40  --- 50	5	5	5	5	5	4	3
50  --- 60	3	2	3	3	3	3	3
60  --- 70	2				1	2	4
70  --- 80				1			2
80 e mais	1	1			1	1	3
Sudeste							
18 e 19							1
20  --- 30							3
30  --- 40	5	5	5	5	5	5	3
40  --- 50	5	5	5	5	5	5	3
50  --- 60	2	2	2	1		3	2
60  --- 70							4
70  --- 80							2
80 e mais					1	1	2
Sul							
18 e 19							1
20  --- 30							3
30  --- 40	4	5	5	5	5	3	2
40  --- 50	5	5	5	5	5	5	1
50  --- 60	2	2	2	1	2	2	5
60  --- 70						1	3
70  --- 80					1	1	3
80 e mais	1			2			3
Centro-Oeste							
18 e 19							2
20  --- 30							2
30  --- 40	5	5	5	5	5	3	2
40  --- 50	5	4	4	5	5	4	5
50  --- 60	2	2	1	2	1	1	1
60  --- 70					1	1	3
70  --- 80					2		
80 e mais				1			

Fonte: Dados da pesquisa.

As diferenças em termos de chance eleitoral, relativamente à média nacional, apresentam-se mais intensamente nos municípios de 100.001 a 500.000. No Norte, por exemplo, chamam atenção os grupos de 40 a menos de 70 anos.

No Nordeste, chamam atenção os grupos de 50 a menos de 60 anos e de 60 a menos de 70 anos para todos os portes populacionais, com destaque para aqueles de 100.001 e mais; e, para os grupos de 60 anos e mais nos municípios mais populosos.

No Sul, destaque também para os grupos de 30 a menos de 50 anos nos municípios com até 500.000 mil habitantes, sendo que nesses se destacam ainda, mas com menor intensidade, o grupo etário de 50 a menos de 60 anos. Especificamente para os municípios maiores, os grupos etários mais velhos se destacam, entretanto, com mais intensidade para os grandes municípios. Neste último, chamam a atenção também os candidatos de 60 a menos de 70 anos, e, na sequência, aqueles com idade acima de 70 anos.

Por fim, na região Centro-Oeste também se sobressaem os grupos de 30 a menos de 50 anos nos municípios de até 500.000 mil habitantes. Entre esses, com menor intensidade, os grupos etários de 50 a menos de 60 anos. Mais especificamente, chama atenção o grupo etário de 70 a menos de 80 anos nos municípios de 50.001 a 100.000 habitantes e naqueles mais populosos. Neste último, ganham destaque ainda os grupos etários de 20 a menos de 40 anos.

#### **4.5 Análise da variável ocupação**

Observa-se, a partir da pesquisa, que a profissão mais comum entre os vereadores eleitos é a de vereador em todas as faixas populacionais a partir de 2008. A proporção de vereadores eleitos aumentou ao longo do tempo em todas as macrorregiões, enquanto a de empresários diminuiu. A presença de servidores públicos municipais é comum em todas as regiões, tanto entre candidatos quanto entre vereadores eleitos.

No Norte, a ocupação mais comum entre os candidatos é a de agricultor, nas faixas populacionais com até 100 mil habitantes. No Nordeste, os agricultores também são comuns, mas a presença de comerciantes e de empresários é maior em cidades maiores. No Sul e no Sudeste, a ocupação mais comum entre os candidatos é a de empresário em faixas populacionais acima de 20 mil habitantes.

No Nordeste, a representatividade dos agricultores diminuiu ao longo do tempo, enquanto a dos vereadores aumentou com mais intensidade que nas outras regiões, considerando os últimos três pleitos. A ocupação de vereador é uma das mais comuns entre os candidatos, especialmente em cidades menores. A representatividade de empresários e comerciantes entre candidatos e eleitos diminuiu ao longo do tempo, enquanto a representatividade de servidores públicos municipais e de vereadores aumentou ao longo do tempo.

Na região Norte, entre 2004 e 2020, a profissão de agricultor foi a mais comum entre os candidatos a vereador nas faixas de ocupação de até 100.000 habitantes, seguida por comerciantes e

servidores públicos em geral. Entre os eleitos, a profissão vereador assumiu a maior proporção em todas as faixas ao longo do período analisado. As ocupações de senador, de deputado e de vereador apareceram em quinto lugar nas faixas de até 5.000 e de 50.001 a 100.000 habitantes em 2004, mas não apareceram nas outras faixas. Em 2008, as profissões mais comuns foram as mesmas de 2004, mas o percentual de agricultores” e de vereadores diminuiu em todas as faixas populacionais, enquanto a de comerciantes e de servidores públicos municipais aumentou. Em 2012, agricultor continuou sendo a ocupação mais comum nas faixas populacionais de até 100.000 habitantes, em que a ocupação de servidor público municipal é mais comum. Em relação aos dados de 2016, a profissão de agricultor continuou tendo uma participação significativa, enquanto a de servidor público municipal teve uma redução entre os candidatos em relação a 2012, mas ainda apareceram entre as profissões mais comuns em todas as localidades. Em 2020, houve um aumento na proporção de servidores públicos municipais entre candidatos e eleitos em todas as faixas — a diversidade de ocupações entre os candidatos se manteve em todas as faixas populacionais.

Na região Nordeste, entre as eleições de 2004 e 2020, a ocupação predominante entre candidatos foi a de agricultor, seguida pela de comerciante e de servidor público municipal e estadual. As profissões de senador, de deputado e de vereador também apareceram, mas com menor frequência. A distribuição percentual das ocupações variou de acordo com a faixa populacional e a representatividade das profissões na política pode ser influenciada pelo tamanho da população. Houve aumento na presença de empresários entre os candidatos, sobretudo nas faixas populacionais maiores, e diminuição na presença de donas de casa e de professores de ensino fundamental ao longo do período analisado. A presença de agricultores, de vereadores e de servidores públicos municipais predominam em cidades menores, enquanto comerciantes, empresários e advogados são mais comuns em cidades maiores.

Analisando as ocupações dos vereadores eleitos na região Nordeste, nas eleições municipais de 2004 a 2020, observa-se que a profissão mais comum entre os vereadores eleitos é a de vereador, seguida por agricultores, servidores públicos municipais, comerciantes, empresários, professores de ensino fundamental, advogados e médicos. A distribuição percentual das ocupações varia de acordo com a faixa populacional dos municípios em que os vereadores foram eleitos. Em geral, a ocupação de vereador é mais comum em cidades maiores, enquanto a ocupação de agricultor é mais comum em cidades menores. Servidores públicos municipais e professores de ensino fundamental apresentam uma distribuição relativamente homogênea em todas as faixas de população. A representatividade dos agricultores diminuiu ao longo do tempo, enquanto a dos vereadores aumentou. A ocupação de empresário apresenta comportamento inverso à de servidor público municipal, aumentando em áreas menos populosas. A ocupação de advogado também aparece na tabela, mas com menor presença do que as ocupações anteriormente citadas.

No Sudeste, em geral, as profissões mais comuns entre os candidatos são a de servidor público municipal e a de comerciante, seguidas por dona de casa, de agricultor e de aposentado (exceto servidor

público). No entanto, a representatividade dessas profissões varia bastante de acordo com o tamanho da população, mostrando que a distribuição percentual das ocupações está relacionada ao contexto local. Por exemplo: a profissão de comerciante é a mais representativa em todas as faixas populacionais nas eleições de 2004 e de 2008, enquanto a de servidor público municipal é mais frequente em cidades menores em 2012 e em 2020. Nessa região, em relação às mudanças ao longo do tempo, em 2020, há uma diminuição na porcentagem de candidatos com a profissão de dona de casa e um aumento nas profissões de agricultor e empresário. Além disso, houve um aumento no percentual de candidatos da profissão de servidor público municipal em cidades com menos de 10.000 habitantes e uma diminuição na porcentagem em cidades maiores. A profissão de advogado também apresentou um aumento em cidades com mais de 500.000 habitantes em 2020. É importante notar que as profissões mais comuns entre os candidatos refletem as atividades econômicas mais relevantes em cada contexto local e podem indicar os interesses e demandas da população em relação aos seus representantes políticos.

Em geral, observa-se que, entre os eleitos na região Sudeste, comerciantes, vereadores e servidores públicos municipais são as profissões mais comuns em todas as faixas populacionais, seguidas por agricultores em algumas faixas e por médicos e advogados em cidades com mais de 100.000 habitantes. A distribuição percentual das ocupações varia de acordo com o tamanho da cidade, indicando que os perfis dos candidatos e dos eleitos podem ser influenciados por fatores locais e regionais.

Além disso, nas eleições de vereadores da região Sudeste de 2012 a 2016, houve uma redução na proporção de comerciantes e de agricultores eleitos em cidades maiores, enquanto a proporção de advogados e de médicos eleitos aumentou. Em 2020, as profissões de vereador, de comerciante e de servidor público municipal continuam em destaque, com empresários, advogados e agricultores apresentando variações em representatividade de acordo com o tamanho da população.

Entre os candidatos a vereador da região Sul em 2004, o grupo mais presente era o de agricultores, seguido pelo de comerciantes e pelo de servidores públicos. Em 2008, agricultores, comerciantes e servidores públicos continuavam como os mais comuns, mas os vereadores passaram a estar mais presentes em cidades de até 20.000 habitantes e advogados em cidades maiores. Em 2012, agricultores e servidores públicos também eram os mais frequentes, mas houve um aumento na proporção de donas de casa e diminuição na de empresários e vereadores. Em 2016, agricultores e servidores públicos ainda eram os mais comuns em cidades de até 20.000 habitantes, mas empresários e comerciantes estavam figurando entre os primeiros nos portes populacionais maiores. Em 2020, a distribuição percentual de candidatos empresários aumentou em todas as faixas de população, enquanto a de comerciantes diminuiu. A profissão de advogado era uma das menos comuns em todas as eleições. De modo geral, na região Sul, a ocupação de agricultor foi a mais comum em todas as eleições para portes populacionais menores, seguida pela de servidores públicos e de comerciantes em alguns casos. Houve variações nas proporções de outras ocupações como as de empresários, de vereadores, de advogados e

de donas de casa, dependendo do ano e da faixa populacional. As características socioeconômicas das diferentes regiões parecem influenciar na composição das candidaturas ao cargo de vereador.

Ao longo dos anos, na região Sul, houve pouca variação nas profissões mais comuns entre os vereadores eleitos, mas houve mudanças na ordem de importância de cada grupo profissional e nas distribuições percentuais dentro de cada grupo. Houve um aumento na representatividade do grupo de empresários em 2012 e um aumento significativo da presença de vereadores e de advogados em cidades com mais de 500.000 habitantes em 2016. O número de professores eleitos para vereador foi baixo em todas as faixas populacionais, enquanto policiais civis e motoristas particulares são as ocupações menos representativas.

No Centro-Oeste, os dados das eleições municipais de 2004, de 2008, de 2012, de 2016 e de 2020 mostram que, para todas as faixas de tamanho populacional, os candidatos com as profissões mais comuns são comerciantes, seguidos por servidores públicos municipais e por professores de ensino fundamental e médio. Agricultores são comuns em municípios menores e a representatividade de donas de casa também é maior nesses municípios, enquanto advogados e servidores públicos estaduais são mais comuns em municípios maiores. Em 2020, a profissão de servidor público municipal na região Centro-Oeste foi a mais comum em todas as faixas de população, seguida por empresários, comerciantes e donas de casa.

Entre os eleitos, a profissão de vereador aparece em primeiro lugar em todas as faixas de população a partir das eleições de 2008, seguidas pelas profissões de servidor público municipal, de empresário e de comerciante. Por sua vez, as profissões de advogado e de médico são menos comuns entre os eleitos, estando mais presentes nas faixas populacionais acima de 50.000 habitantes. Além disso, a distribuição percentual de cada profissão varia significativamente de acordo com a faixa populacional, indicando que as características e as necessidades de cada região podem influenciar na escolha das profissões dos candidatos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo abrangeu todo o território brasileiro ao analisar as variáveis de pesquisa nos municípios da federação. Tratou-se de uma análise que observou o problema proposto de acordo com os diferentes tamanhos (porte) das cidades brasileiras. Foi ressaltada a importância da abrangência deste estudo, uma vez que, por meio da sistematização da literatura da ciência política, foi encontrado um cenário de estudos de caso em situações localizadas. Nessa literatura, foram observados estados e/ou municípios de forma pontual ou regionalizada, não abrangendo todo o território nacional. Para início desse debate, a proposta foi discutir conceitos caros às teorias clássicas da ciência política, em seus autores e leitores contemporâneos, como as teorias de Representação Política e Legislativos Locais. Procurou-se discutir brevemente sobre metodologias de pesquisa para a análise das variáveis, como a metodologia de classificação de tipologias de Ames (2003), que apareceu em alguns textos utilizados como arcabouço teórico.

Sobre os resultados da pesquisa, foi possível observar informações valiosas a partir do recorte entre 2004 e 2020. Para a variável gênero, constatou-se que, no Brasil como um todo, a presença de mulheres aumentou entre as eleições de 2004 e de 2020 para as câmaras de vereadores. Os resultados apontam também que, em 2004 e em 2008, houve uma baixa representação, sendo que as candidaturas ocorreram com maior intensidade nos municípios de maior porte populacional. A partir da eleição de 2012, registrou-se padrão distinto, quando houve uma inversão da participação das mulheres nas eleições, em que as maiores proporções passaram a ser registradas nos grupos populacionais de menor porte. E, ainda, a proporção de mulheres eleitas foi superior nas eleições nos municípios de menor porte; a sub-representação das mulheres nas câmaras de vereadores também se fez presente em todas as regiões do Brasil, relativamente às candidaturas.

A respeito da variável raça/cor, as informações eleitorais estavam disponíveis apenas para as eleições de 2016 e de 2020, portanto, a análise da informação sobre raça/cor declarada pelos candidatos considerou dois grandes grupos: brancos e negros, incluindo neste último pretos e pardos, para esses dois pleitos. Os resultados apresentados nesta seção focaram na presença e na participação dos negros nas eleições para as câmaras de vereadores. No Brasil, como um todo, no que se refere ao porte populacional dos municípios, cresceu a proporção de candidatos e de eleitos negros nas câmaras de vereadores nas eleições, de 2016 e de 2020. No que diz respeito aos diferenciais regionais, houve aumento na proporção de candidatos negros em praticamente todas regiões e grupos de porte populacional.

Sobre as informações de escolaridade, foram analisadas a presença e a participação dos candidatos segundo o nível de instrução deles, focando em duas categorias: ensino médio completo e ensino superior completo. Foi visto, também, que em todo o Brasil se destacam, inicialmente, tanto aqueles que declararam ter ensino médio completo como superior completo, pois apresentaram proporções crescentes no total de candidatos para praticamente todos os grupos de porte populacional. Nesse sentido, municípios menores em população tinham proporções menores de candidatos nessas duas categorias educacionais relativamente aos demais municípios, à medida que aumentava o porte populacional aumentaram tais proporções.

Ao analisar a dimensão idade, notou-se que, no Brasil, houve aumento da idade média dos candidatos e eleitos para vereador ao longo das cinco últimas eleições, com poucas exceções. Na eleição de 2004, a idade média dos candidatos era de 43 anos, passando para 45,3 anos em 2020; enquanto para os eleitos, passou de 42,4 para 44,6 anos. Os resultados apontaram que nos municípios de menor porte populacional os eleitos tinham idade média inferior ou muito próxima da idade média dos candidatos, enquanto o mesmo não ocorria nos municípios de maior população. A exceção se deu na eleição de 2020, na qual, para todos os grupos de porte, a idade média dos eleitos era igual ou inferior à idade média dos candidatos, principalmente para os municípios mais populosos. Os resultados para as Grandes Regiões mostraram padrão muito parecido com a média nacional, principalmente o Sudeste, com prevalência dos grupos etários de 30 a menos 40 anos e de 40 a menos de 50 anos.

Observou-se, a partir da pesquisa, que a profissão mais comum entre os vereadores eleitos é a de vereador, em todas as faixas populacionais, a partir de 2008. A proporção de vereadores eleitos aumentou ao longo do tempo em todas as macrorregiões, enquanto a de empresários diminuiu. A presença de servidores públicos municipais é comum em todas as regiões, tanto entre candidatos quanto entre vereadores eleitos. Entre os eleitos, a profissão de vereador apareceu em primeiro lugar em todas as faixas de população a partir das eleições de 2008, seguidas pelas profissões de servidor público municipal, de empresário e de comerciante. Por sua vez, as profissões de advogado e de médico foram menos recorrentes entre os eleitos, estando mais presentes nas faixas populacionais acima de 50.000 habitantes. Além disso, a distribuição percentual de cada profissão variou significativamente de acordo com a faixa populacional, indicando que as características e as necessidades de cada região podem influenciar na escolha das profissões dos candidatos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Felix Garcia. **Representação política local**: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras. Brasília, DF: Ipea, 2012. (Texto para discussão, n. 1625). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1495/1/td\\_1625.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1495/1/td_1625.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.
- ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Félix Garcia. Representação política local e clientelismo. *In*: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ARAÚJO, Maria Geovânia da Silva. **Desenvolvimento local**: os impactos socioeconômicos e urbanos provocados pelo crescimento da indústria têxtil no município de Itaporanga-PB. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB\\_b2d895107dfd1abb9bb9051474ef2a82](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB_b2d895107dfd1abb9bb9051474ef2a82). Acesso em: 18 mar. 2024.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, jun. 2004.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm). Acesso em: 21 mar. 2024.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Portal de dados abertos do TSE**. Brasília, DF: TSE, 2024.
- CALVO, Maria Cristina Marino *et al.* Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde. **Epidemiologia e serviços de saúde**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 767-776, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/nYQtkd4HyPncJ5Rkk9hKntS/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 8 out. 2023.
- CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Como o candidato alcança seu eleitor?: mensurando estratégias eleitorais por meio dos gastos de campanha nas eleições 2012. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 159-192, dez. 2015. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4565/2015\\_carlomagno\\_como\\_candidato\\_alcanca.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4565/2015_carlomagno_como_candidato_alcanca.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 11 ago. 2023.
- CHIEZA, Rosa Angela; COSTA, Vitor Chagas da. Mudanças institucionais, alterações na composição dos legislativos municipais, gastos públicos e democracia no Brasil. *In*: DEMARCO, Diogo Joel (org.). **Gestão pública, município e federação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/CEGOV, 2015. p.143-166, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214341>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- COSTA, Caio César de Medeiros *et al.* Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 10, n. 20, p. 52-88, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/229>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- GELAPE, Lucas de Oliveira. **A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta**: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQGERZ>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- GELAPE, Lucas de Oliveira. **Apesar de tudo, carreiras políticas locais**: padrões alternativos, reeleição e partidos nas trajetórias de vereadores. 2022. 212 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23052022-121510/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2023.

GUISSO, Fernando Henrique. **A conexão entre representação e participação no nível local**: um estudo a partir das experiências de vereadores de Minas Gerais. 2020. 364 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/browse?type=author&value=Guisso%2C+Fernando+Henrique>. Acesso em: 13 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. *Site*.

Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/tras/home.php>. Acesso em: 8 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101985.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/3JPmBy4ZMsZPfx4jzqntKDt/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; SILVA, Bruno Souza da. Padrões regionais de votação nas eleições municipais brasileiras. In: BOTERO, Felipe *et al.* **Dinamismo y diversidad en la ciencia política latino-americana**: VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política. Bogotá: Universidad de los Andes, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7440/j.ctt1hxxg9w6>. Acesso em: 8 abr. 2024.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município?**: perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008). 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27500>. Acesso em: 2 ago. 2023.

MELO, Clóvis Alberto Vieira de; PESSOA JÚNIOR, José Raulino Chaves; SOARES, Kelly Cristina Costa. Interseção entre sistema eleitoral e sistema partidário: eleições municipais de 2020. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 227–264, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/4704>. Acesso em: 2 set. 2023.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. rev.e atual. Rio de Janeiro: Ed FGV: 2004.

NOGUEIRA, Braian de Alencar. **Geografia eleitoral e identidade**: um estudo de caso da zona norte de Goiânia. 2020. 77 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: [https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFG\\_3836558bde19e446d7e8ca4fbf9f8a49](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFG_3836558bde19e446d7e8ca4fbf9f8a49). Acesso em: 4 jul. 2023.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Título original: From a politics of ideas to a politics of presence? Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/FdBzZvsFvDmZLZQQm5DKY8M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PIMENTEL, Fernando Castim; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de; SOUZA, Wayner Vieira de. A estratégia saúde da família no estado de Pernambuco: avaliação da estrutura das equipes por porte populacional. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 88-101, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kmZCYw99HddxQ5DcNjxF7PB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representacion**. Tradução de Ricardo Montoro Romero. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014b.

ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Poder local e representação política nos municípios, brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. *In*: ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014a. p. 17-34.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GjpMXFGjwnfzZYbxpvR3zCC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O que faz a diferença?: gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 109-126, 2013. Disponível em: [https://www.kas.de/documents/265553/265602/7\\_file\\_storage\\_file\\_10389\\_5.pdf/11046824-77ff-9c4c-0a34-2449b34d3f02](https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_10389_5.pdf/11046824-77ff-9c4c-0a34-2449b34d3f02). Acesso em: 5 ago. 2023.

TREZZI, Clóvis. O acesso universal à educação no Brasil: uma questão de justiça social. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, p. 942-959, out./dez. 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/HMMGnHxD4d3763DMh9ZShsr/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

## APÊNDICE A – TABELAS COMPLETAS POR PORTE DE MUNICÍPIOS

Tabela 1: Proporção de candidatas para vereadora por porte populacional segundo Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	2004	2008	2012	2016	2020
Norte					
Até 5.000 hab.	21,2	22,2	32,8	34,2	36,7
De 5.001 a 10.000 hab.	21,4	21,2	32,2	34,5	36,9
De 10.001 a 20.000 hab.	21,2	21,5	32,1	32,8	35,9
De 20.001 a 50.000 hab.	22,0	23,0	32,0	32,4	35,2
De 50.001 a 100.000 hab.	23,9	22,8	31,2	31,6	33,6
De 100.001 a 500.000 hab.	25,9	24,4	30,4	30,9	34,0
Mais de 500.000 hab.	22,2	21,0	28,8	30,7	33,5
Nordeste					
Até 5.000 hab.	19,9	20,0	33,6	33,7	34,8
De 5.001 a 10.000 hab.	20,6	21,1	33,3	33,8	35,5
De 10.001 a 20.000 hab.	21,4	21,5	32,3	33,0	35,1
De 20.001 a 50.000 hab.	22,1	22,4	31,2	32,2	34,3
De 50.001 a 100.000 hab.	22,4	22,4	30,1	31,4	33,1
De 100.001 a 500.000 hab.	24,9	23,2	29,3	31,0	33,1
Mais de 500.000 hab.	19,7	20,2	28,8	30,1	31,9
Sudeste					
Até 5.000 hab.	18,9	19,3	33,6	33,7	35,9
De 5.001 a 10.000 hab.	19,5	19,6	33,5	33,5	35,6
De 10.001 a 20.000 hab.	21,5	21,1	33,4	33,3	35,3
De 20.001 a 50.000 hab.	22,9	22,8	32,3	32,3	35,0
De 50.001 a 100.000 hab.	25,6	24,6	31,3	31,5	33,9
De 100.001 a 500.000 hab.	26,1	24,8	31,1	31,5	33,4
Mais de 500.000 hab.	23,4	23,4	29,9	30,8	32,5
Sul					
Até 5.000 hab.	17,6	18,1	32,5	34,4	37,4
De 5.001 a 10.000 hab.	18,5	19,3	32,8	33,6	36,6
De 10.001 a 20.000 hab.	20,6	20,8	32,2	33,9	36,2
De 20.001 a 50.000 hab.	22,9	22,8	32,6	33,1	35,5
De 50.001 a 100.000 hab.	24,1	22,9	31,5	31,8	34,6
De 100.001 a 500.000 hab.	25,3	23,9	31,1	31,7	34,2
Mais de 500.000 hab.	22,3	21,4	29,7	30,8	33,0
Centro-Oeste					
Até 5.000 hab.	20,8	20,6	32,8	33,9	36,5
De 5.001 a 10.000 hab.	21,0	20,3	32,5	33,9	37,0
De 10.001 a 20.000 hab.	22,3	21,8	32,2	33,5	36,4
De 20.001 a 50.000 hab.	22,7	22,6	32,0	32,5	35,2
De 50.001 a 100.000 hab.	24,9	24,1	31,3	31,3	34,1
De 100.001 a 500.000 hab.	25,3	24,7	30,5	31,1	33,7
Mais de 500.000 hab.	20,8	19,6	28,8	31,1	33,1

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Tabela 2: Proporção de eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	2004	2008	2012	2016	2020
Norte					
Até 5.000 hab.	15,8	12,5	17,0	16,1	16,2
De 5.001 a 10.000 hab.	13,5	14,4	16,8	16,6	18,3
De 10.001 a 20.000 hab.	14,7	13,7	13,4	13,4	15,6
De 20.001 a 50.000 hab.	14,0	13,0	12,6	12,8	17,1
De 50.001 a 100.000 hab.	15,5	14,1	17,0	12,4	14,0
De 100.001 a 500.000 hab.	14,9	15,3	14,4	14,5	17,9
Mais de 500.000 hab.	13,3	13,7	14,5	11,0	16,3
Nordeste					
Até 5.000 hab.	15,9	16,1	17,0	16,0	17,9
De 5.001 a 10.000 hab.	15,0	14,7	16,7	16,2	18,0
De 10.001 a 20.000 hab.	14,8	15,5	16,2	15,8	17,1
De 20.001 a 50.000 hab.	14,7	14,7	15,4	14,7	15,9
De 50.001 a 100.000 hab.	12,2	13,2	12,9	13,6	15,4
De 100.001 a 500.000 hab.	13,7	10,2	10,9	11,5	13,9
Mais de 500.000 hab.	8,7	12,6	14,1	13,8	16,3
Sudeste					
Até 5.000 hab.	12,2	12,0	12,3	12,7	15,3
De 5.001 a 10.000 hab.	10,9	11,0	11,8	12,1	15,1
De 10.001 a 20.000 hab.	10,4	11,0	12,7	11,4	14,0
De 20.001 a 50.000 hab.	9,9	10,4	9,8	10,3	13,4
De 50.001 a 100.000 hab.	10,3	9,8	10,1	10,4	15,6
De 100.001 a 500.000 hab.	8,7	7,2	7,8	9,0	11,2
Mais de 500.000 hab.	11,8	10,2	8,2	11,4	14,4
Sul					
Até 5.000 hab.	11,8	11,7	14,9	16,0	19,7
De 5.001 a 10.000 hab.	11,0	11,2	13,1	14,3	18,0
De 10.001 a 20.000 hab.	11,7	12,1	12,2	13,9	17,4
De 20.001 a 50.000 hab.	11,7	11,4	11,4	12,6	15,7
De 50.001 a 100.000 hab.	5,1	10,2	13,3	14,5	13,9
De 100.001 a 500.000 hab.	9,4	10,2	10,3	10,7	11,4
Mais de 500.000 hab.	14,0	12,4	9,5	12,0	24,1
Centro-Oeste					
Até 5.000 hab.	13,2	13,7	13,4	15,0	15,8
De 5.001 a 10.000 hab.	12,7	10,7	12,0	11,8	17,6
De 10.001 a 20.000 hab.	14,6	13,6	14,3	13,0	15,8
De 20.001 a 50.000 hab.	14,3	12,1	11,4	13,7	16,2
De 50.001 a 100.000 hab.	14,4	16,8	10,4	10,7	11,1
De 100.001 a 500.000 hab.	10,6	9,0	10,5	10,3	14,3
Mais de 500.000 hab.	9,9	8,6	8,8	6,1	8,8

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Tabela 3: Razão candidatas/eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	2004	2008	2012	2016	2020
Norte					
Até 5.000 hab.	0,7	0,6	0,5	0,5	0,4
De 5.001 a 10.000 hab.	0,6	0,7	0,5	0,5	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	0,7	0,6	0,4	0,4	0,4
De 20.001 a 50.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5
De 50.001 a 100.000 hab.	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4
De 100.001 a 500.000 hab.	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Mais de 500.000 hab.	0,6	0,7	0,5	0,4	0,5
Nordeste					
Até 5.000 hab.	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5
De 5.001 a 10.000 hab.	0,7	0,7	0,5	0,5	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	0,7	0,7	0,5	0,5	0,5
De 20.001 a 50.000 hab.	0,7	0,7	0,5	0,5	0,5
De 50.001 a 100.000 hab.	0,5	0,6	0,4	0,4	0,5
De 100.001 a 500.000 hab.	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Mais de 500.000 hab.	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5
Sudeste					
Até 5.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,4
De 5.001 a 10.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,4
De 10.001 a 20.000 hab.	0,5	0,5	0,4	0,3	0,4
De 20.001 a 50.000 hab.	0,4	0,5	0,3	0,3	0,4
De 50.001 a 100.000 hab.	0,4	0,4	0,3	0,3	0,5
De 100.001 a 500.000 hab.	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Mais de 500.000 hab.	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4
Sul					
Até 5.000 hab.	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5
De 5.001 a 10.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5
De 20.001 a 50.000 hab.	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
De 50.001 a 100.000 hab.	0,2	0,4	0,4	0,5	0,4
De 100.001 a 500.000 hab.	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Mais de 500.000 hab.	0,6	0,6	0,3	0,4	0,7
Centro-Oeste					
Até 5.000 hab.	0,6	0,7	0,4	0,4	0,4
De 5.001 a 10.000 hab.	0,6	0,5	0,4	0,3	0,5
De 10.001 a 20.000 hab.	0,7	0,6	0,4	0,4	0,4
De 20.001 a 50.000 hab.	0,6	0,5	0,4	0,4	0,5
De 50.001 a 100.000 hab.	0,6	0,7	0,3	0,3	0,3
De 100.001 a 500.000 hab.	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4
Mais de 500.000 hab.	0,5	0,4	0,3	0,2	0,3

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Tabela 4: Proporção de candidatos negros, proporção de negros eleitos para vereador e razão eleitos/candidatos para vereador no Brasil por porte populacional – 2016/2020

Porte	Candidatos		Eleitos		Razão Eleitos/candidatos	
	2016	2020	2016	2020	2016	2020
Norte						
Até 5.000 hab.	76,6	77,9	73,2	78,2	0,96	1,00
De 5.001 a 10.000 hab.	76,1	78,7	71,9	75,7	0,94	0,96
De 10.001 a 20.000 hab.	78,9	80,3	77,5	75,4	0,98	0,94
De 20.001 a 50.000 hab.	78,9	79,7	74,5	78,0	0,94	0,98
De 50.001 a 100.000 hab.	80,9	80,0	74,4	74,4	0,92	0,93
De 100.001 a 500.000 hab.	76,4	78,5	65,5	69,3	0,86	0,88
Mais de 500.000 hab.	77,2	77,0	65,5	61,5	0,85	0,80
Nordeste						
Até 5.000 hab.	63,4	68,9	59,1	64,5	0,93	0,94
De 5.001 a 10.000 hab.	68,4	71,3	62,8	65,7	0,92	0,92
De 10.001 a 20.000 hab.	70,4	74,1	64,9	68,4	0,92	0,92
De 20.001 a 50.000 hab.	72,7	73,9	66,0	67,5	0,91	0,91
De 50.001 a 100.000 hab.	71,0	72,9	62,6	64,3	0,88	0,88
De 100.001 a 500.000 hab.	73,2	73,3	64,4	65,6	0,88	0,89
Mais de 500.000 hab.	67,3	70,6	51,2	55,5	0,76	0,79
Sudeste						
Até 5.000 hab.	36,9	41,3	30,7	34,1	0,83	0,83
De 5.001 a 10.000 hab.	40,3	43,8	34,4	38,2	0,85	0,87
De 10.001 a 20.000 hab.	35,9	40,7	28,3	32,3	0,79	0,79
De 20.001 a 50.000 hab.	37,5	41,6	29,5	33,7	0,79	0,81
De 50.001 a 100.000 hab.	38,3	40,4	29,6	32,2	0,77	0,80
De 100.001 a 500.000 hab.	40,7	43,9	31,2	33,7	0,77	0,77
Mais de 500.000 hab.	43,0	48,1	27,4	33,2	0,64	0,69
Sul						
Até 5.000 hab.	11,1	14,7	7,0	9,1	0,63	0,62
De 5.001 a 10.000 hab.	13,2	16,6	7,7	10,7	0,58	0,64
De 10.001 a 20.000 hab.	13,9	18,2	8,7	11,2	0,63	0,62
De 20.001 a 50.000 hab.	13,6	16,9	7,4	10,9	0,54	0,64
De 50.001 a 100.000 hab.	12,9	17,2	7,2	10,6	0,56	0,62
De 100.001 a 500.000 hab.	17,7	21,6	9,7	14,2	0,55	0,66
Mais de 500.000 hab.	18,0	22,6	7,0	10,8	0,39	0,48
Centro-Oeste						
Até 5.000 hab.	55,1	59,1	50,2	55,5	0,91	0,94
De 5.001 a 10.000 hab.	53,0	58,8	51,6	54,8	0,97	0,93
De 10.001 a 20.000 hab.	53,3	56,8	49,3	53,9	0,92	0,95
De 20.001 a 50.000 hab.	55,5	56,6	48,9	50,2	0,88	0,89
De 50.001 a 100.000 hab.	57,0	58,0	46,4	45,9	0,81	0,79
De 100.001 a 500.000 hab.	58,2	61,5	49,8	54,4	0,86	0,88
Mais de 500.000 hab.	56,9	61,5	41,2	55,3	0,72	0,90

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Tabela 5: Proporção de candidatos para vereador com ensino médio ou curso superior por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	Ensino médio					Superior completo				
	2004	2008	2012	2016	2020	2004	2008	2012	2016	2020
	Norte					Norte				
Até 5.000 hab.	23,8	38,4	43,9	459,0	47,2	4,6	9,6	11,5	11,6	14,7
De 5001 a 10.000 hab.	33,1	38,3	42,0	43,1	45,1	6,0	11,2	15,2	14,5	17,2
De 10.001 a 20.000 hab.	29,4	35,6	40,2	42,1	43,0	5,1	10,3	14,3	14,2	17,8
De 20.001 a 50.000 hab.	33,6	36,9	41,3	42,2	42,4	7,7	12,9	14,7	16,6	20,0
De 50.001 a 100.000 hab.	36,3	39,5	42,0	43,6	42,5	10,4	15,7	18,2	18,8	22,5
De 100.001 a 500.000 hab.	40,6	45,6	46,5	46,0	45,5	18,5	21,2	22,8	26,6	29,4
Mais de 500.000 hab.	48,2	48,3	49,2	48,4	46,3	29,6	34,5	32,9	34,5	38,9
	Nordeste					Nordeste				
Até 5.000 hab.	26,2	34,0	39,8	41,9	43,4	7,5	11,4	14,3	14,6	16,6
De 5001 a 10.000 hab.	30,5	36,6	41,4	42,2	42,9	7,7	11,8	14,5	15,1	17,8
De 10.001 a 20.000 hab.	33,4	38,9	42,8	44,2	44,2	8,3	12,1	15,1	16,3	18,4
De 20.001 a 50.000 hab.	37,0	41,9	45,7	46,2	45,5	10,9	13,7	16,4	17,6	19,4
De 50.001 a 100.000 hab.	39,1	43,0	46,2	47,3	46,5	16,1	19,4	19,2	19,6	22,1
De 100.001 a 500.000 hab.	42,5	46,7	50,7	50,0	49,0	19,8	22,4	19,8	21,6	23,7
Mais de 500.000 hab.	43,4	45,8	49,1	48,3	47,3	32,3	34,8	29,7	32,8	36,2
	Sudeste					Sudeste				
Até 5.000 hab.	25,4	29,9	34,4	38,2	42,0	6,2	8,5	11,0	10,8	13,5
De 5001 a 10.000 hab.	26,2	30,2	34,1	37,9	41,2	7,4	9,8	12,2	11,6	13,8
De 10.001 a 20.000 hab.	28,9	32,3	36,8	39,1	41,6	10,0	12,7	14,7	14,6	16,5
De 20.001 a 50.000 hab.	32,3	36,0	38,8	41,6	43,5	14,5	17,3	18,0	17,9	20,2
De 50.001 a 100.000 hab.	34,0	37,6	41,4	42,4	44,6	21,0	23,2	23,0	22,3	25,9
De 100.001 a 500.000 hab.	36,1	39,8	42,3	44,7	45,1	24,0	26,5	25,0	25,5	28,6
Mais de 500.000 hab.	38,5	41,8	42,9	44,4	44,8	30,9	31,8	30,3	32,3	35,0
	Sul					Sul				
Até 5.000 hab.	25,6	30,8	33,9	37,0	38,8	7,2	9,4	12,6	13,4	17,1
De 5001 a 10.000 hab.	29,2	32,3	35,7	37,3	38,8	10,9	12,8	15,6	15,7	18,2
De 10.001 a 20.000 hab.	32,2	34,5	37,0	37,7	41,1	12,7	15,9	17,8	18,4	20,5
De 20.001 a 50.000 hab.	35,4	37,2	38,5	39,8	41,1	17,1	19,7	21,8	22,8	25,0
De 50.001 a 100.000 hab.	33,2	36,3	37,2	39,9	40,8	21,9	25,3	24,3	25,2	28,3
De 100.001 a 500.000 hab.	36,1	37,9	40,6	42,8	42,8	22,8	26,0	25,8	27,4	31,9
Mais de 500.000 hab.	40,8	41,3	41,5	40,5	39,8	36,2	38,8	38,4	40,1	43,0
	Centro-Oeste					Centro-oeste				
Até 5.000 hab.	32,7	35,2	38,9	43,1	43,4	6,6	9,7	12,0	12,4	17,0
De 5001 a 10.000 hab.	33,8	36,9	37,6	41,4	41,5	9,1	11,0	14,5	15,9	18,9
De 10.001 a 20.000 hab.	34,8	37,6	39,7	42,9	41,5	11,6	14,7	17,1	18,1	22,4
De 20.001 a 50.000 hab.	36,2	39,3	40,7	42,2	41,5	14,7	18,7	20,5	20,6	25,6
De 50.001 a 100.000 hab.	41,6	40,3	44,3	456,0	42,9	18,9	20,2	23,7	23,1	27,4
De 100.001 a 500.000 hab.	41,7	41,6	44,9	43,4	43,2	23,7	29,3	27,5	27,2	32,8
Mais de 500.000 hab.	42,6	42,9	44,6	43,8	41,2	32,4	35,0	33,2	37,0	42,6

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Tabela 6: Proporção de vereadores eleitos com ensino médio ou curso superior por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	Ensino médio					Superior completo				
	2004	2008	2012	2016	2020	2004	2008	2012	2016	2020
	Norte					Norte				
Até 5.000 hab.	34,2	42,0	47,5	48,2	52,9	5,3	11,5	15,2	16,7	19,2
De 5001 a 10.000 hab.	38,7	41,9	42,9	44,9	45,2	7,4	15,4	21,7	21,6	27,7
De 10.001 a 20.000 hab.	37,4	40,8	43,5	43,2	44,5	6,8	12,2	19,0	23,3	26,8
De 20.001 a 50.000 hab.	38,8	40,8	43,3	41,0	44,0	11,6	16,3	21,2	25,9	30,4
De 50.001 a 100.000 hab.	41,0	43,1	45,1	43,3	43,3	14,3	20,4	28,3	30,8	34,4
De 100.001 a 500.000 hab.	40,4	40,8	39,0	38,4	36,4	26,8	31,4	42,2	45,7	49,5
Mais de 500.000 hab.	42,4	28,2	35,2	39,3	46,2	45,8	61,3	54,5	55,9	48,1
	Nordeste					Nordeste				
Até 5.000 hab.	27,7	36,1	41,0	42,5	43,3	8,7	12,8	15,4	18,2	21,4
De 5001 a 10.000 hab.	32,6	37,3	40,8	43,9	41,1	10,1	13,8	17,5	19,2	22,9
De 10.001 a 20.000 hab.	35,8	41,3	43,8	43,4	41,9	11,5	15,8	19,1	22,0	26,3
De 20.001 a 50.000 hab.	40,3	43,4	46,4	45,5	42,8	15,8	19,1	22,6	25,6	30,5
De 50.001 a 100.000 hab.	40,4	44,3	48,2	45,4	41,4	23,7	27,4	28,3	30,1	37,2
De 100.001 a 500.000 hab.	39,3	42,6	47,0	43,7	42,7	35,8	37,3	33,2	36,8	40,2
Mais de 500.000 hab.	28,2	33,7	35,0	31,1	32,5	63,7	59,6	55,1	63,2	62,7
	Sudeste					Sudeste				
Até 5.000 hab.	29,2	33,9	36,7	40,4	42,9	9,0	10,6	14,6	14,9	19,6
De 5001 a 10.000 hab.	29,3	33,5	35,5	38,6	41,8	10,8	13,0	15,9	18,2	21,1
De 10.001 a 20.000 hab.	31,6	36,1	37,6	39,3	41,6	15,5	18,7	21,0	23,3	27,0
De 20.001 a 50.000 hab.	33,0	37,0	37,7	38,1	40,3	25,5	27,5	28,8	31,2	34,8
De 50.001 a 100.000 hab.	35,0	37,5	37,9	37,4	37,3	34,0	37,1	38,7	41,6	45,1
De 100.001 a 500.000 hab.	33,0	37,5	36,9	39,0	39,0	41,5	41,1	42,5	42,5	47,2
Mais de 500.000 hab.	32,0	32,7	35,1	34,3	34,6	52,3	53,5	52,0	53,6	55,7
	Sul					Sul				
Até 5.000 hab.	28,4	33,2	35,0	40,4	40,9	8,8	11,0	15,2	17,2	21,4
De 5001 a 10.000 hab.	31,6	35,2	37,6	39,0	38,3	14,4	15,9	20,3	21,9	28,2
De 10.001 a 20.000 hab.	34,8	38,4	38,2	37,0	39,9	18,2	21,1	26,7	28,8	33,2
De 20.001 a 50.000 hab.	37,8	38,3	38,3	37,7	40,4	24,9	29,5	33,7	36,9	39,8
De 50.001 a 100.000 hab.	33,7	34,2	35,2	35,0	34,1	33,2	35,8	40,5	45,7	48,2
De 100.001 a 500.000 hab.	29,4	33,6	35,5	32,4	33,6	41,3	41,2	42,7	49,2	52,0
Mais de 500.000 hab.	301,0	25,5	24,7	22,8	22,8	60,1	65,5	68,4	70,9	72,8
	Centro-Oeste					Centro-oeste				
Até 5.000 hab.	39,1	39,0	42,1	46,4	44,2	8,6	12,4	13,5	15,9	23,4
De 5001 a 10.000 hab.	43,3	47,0	42,6	44,0	44,9	10,9	13,5	18,9	22,8	27,1
De 10.001 a 20.000 hab.	45,6	42,7	44,2	47,3	41,0	16,2	20,7	25,1	27,4	35,1
De 20.001 a 50.000 hab.	43,6	47,0	44,1	41,8	39,9	20,4	22,3	28,2	34,4	40,9
De 50.001 a 100.000 hab.	45,2	44,7	48,1	47,9	39,6	27,7	28,9	27,6	37,9	46,1
De 100.001 a 500.000 hab.	44,1	41,2	38,1	37,9	35,4	42,2	44,5	47,0	46,4	52,4
Mais de 500.000 hab.	39,6	41,9	36,0	31,6	27,2	46,2	51,6	54,4	62,3	65,8

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Tabela 7: Razão candidatas/eleitas para vereadora por porte populacional, Grandes Regiões – 2004/2008/2012/2016/2020

Porte	Ensino médio					Superior completo				
	2004	2008	2012	2016	2020	2004	2008	2012	2016	2020
	Norte					Norte				
Até 5.000 hab.	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3
De 5001 a 10.000 hab.	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2	1,4	1,4	1,5	1,6
De 10.001 a 20.000 hab.	1,3	1,1	1,1	1,0	1,0	1,3	1,2	1,3	1,6	1,5
De 20.001 a 50.000 hab.	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,3	1,4	1,6	1,5
De 50.001 a 100.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,4	1,3	1,6	1,6	1,5
De 100.001 a 500.000 hab.	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	1,5	1,5	1,9	1,7	1,7
Mais de 500.000 hab.	0,9	0,6	0,7	0,8	1,0	1,5	1,8	1,7	1,6	1,2
	Nordeste					Nordeste				
Até 5.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2	1,1	1,1	1,2	1,3
De 5001 a 10.000 hab.	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4
De 20.001 a 50.000 hab.	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	1,5	1,4	1,5	1,5	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7
Mais de 500.000 hab.	0,6	0,7	0,7	0,6	0,7	2,0	1,7	1,9	1,9	1,7
	Sudeste					Sudeste				
Até 5.000 hab.	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,4	1,3	1,3	1,4	1,5
De 5001 a 10.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,3	1,3	1,6	1,5
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,5	1,5	1,4	1,6	1,6
De 20.001 a 50.000 hab.	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	1,8	1,6	1,6	1,7	1,7
De 50.001 a 100.000 hab.	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	1,6	1,6	1,7	1,9	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6
Mais de 500.000 hab.	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6
	Sul					Sul				
Até 5.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2
De 5001 a 10.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,3	1,2	1,3	1,4	1,5
De 10.001 a 20.000 hab.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	1,3	1,5	1,6	1,6
De 20.001 a 50.000 hab.	1,1	1,0	1,0	0,9	1,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	1,5	1,4	1,7	1,8	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	1,8	1,6	1,7	1,8	1,6
Mais de 500.000 hab.	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	1,7	1,7	1,8	1,8	1,7
	Centro-Oeste					Centro-oeste				
Até 5.000 hab.	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,3	1,3	1,1	1,3	1,4
De 5001 a 10.000 hab.	1,3	1,3	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	1,4
De 10.001 a 20.000 hab.	1,3	1,1	1,1	1,1	1,0	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6
De 20.001 a 50.000 hab.	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	1,4	1,2	1,4	1,7	1,6
De 50.001 a 100.000 hab.	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	1,5	1,4	1,2	1,6	1,7
De 100.001 a 500.000 hab.	1,1	1,0	0,8	0,9	0,8	1,8	1,5	1,7	1,7	1,6
Mais de 500.000 hab.	0,9	1,0	0,8	0,7	0,7	1,4	1,5	1,6	1,7	1,5

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.